

Em contraste com a política, os métodos e os objectivos fascizantes do PPD e do CDS, com os escândalos e abotoamentos nas autarquias que dirigem, com as rivalidades e a bagunça na vida interna, que leva numerosas zonas do seu eleitorado a abandoná-los na votação; em contraste com as indefinições do PS que levam também a grandes hesitações e indecisões no seu anterior eleitorado;

— em todo o país está em pleno desenvolvimento uma poderosa movimentação unitária de massas, apoiando a Aliança Povo Unido, apoiando o PCP, engrossando dia a dia a vaga de vontade e determinação democrática, que (tudo indica) conduzirá, nas próximas eleições para a Assembleias da República e para as Autarquias, à derrota da reacção à vitória democrática, a uma grande vitória da Aliança Povo Unido, a uma grande vitória do PCP, a uma grande vitória do Portugal de Abril.

Viva a vitória democrática!

Viva a Aliança Povo Unido!

Viva o Partido Comunista Português!

Do discurso do camarada Álvaro Cunhal pronunciado no Pavilhão dos Desportos no comício de domingo passado

Pág.10

PARA A VITÓRIA DEMOCRÁTICA



Um aspecto do comício de encerramento do encontro de militantes da ORL

NO PORTO E EM LISBOA ENCONTROS DE MILITANTES ORGANIZAM A CAMPANHA

Pág.8

Pág.9



Vamos afixar
as páginas
centrais
do **Avante!**

Até 2 de Novembro listas para as autarquias

1. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da ALIANÇA POVO UNIDO (AUTARQUIAS) reunida em 23 de Outubro de 1979, analisou o processo de formação de listas para as eleições para as autarquias locais que se realizarão a 16 de Dezembro.

A Comissão Coordenadora verificou que, à semelhança de 1976, em que a maioria dos candidatos do Povo Unido não eram militantes nem do PCP nem do MDP/CDE, partidos que dão suporte jurídico à APU, também agora se mantém e reforça tal tendência.

2. A APU não só se prepara para concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais como concorrerá a mais do dobro de Assembleias de Freguesia com listas unitárias, compostas por homens e mulheres de várias opiniões e tendências mas que têm o objectivo comum de lutar pelo progresso das suas terras.

A Comissão Coordenadora saúda todos os candidatos, todos os activistas e as populações e apela para que, daqui até ao fim do prazo de apresentação de listas — 2 de Novembro —, prossiga o trabalho unitário para aprofundar e consolidar a primeira e importante vitória que será a apresentação de mais listas do Povo Unido em todo o País.

3. A Comissão Coordenadora deliberou convocar uma reunião da Comissão Nacional da APU para o dia 4 de Novembro, às 14h30, no Anfiteatro 1 da Faculdade de Letras de Lisboa. A referida reunião procederá ao balanço das listas apresentadas pela APU e analisará a situação e perspectivas do trabalho realizado para as eleições para as autarquias locais.

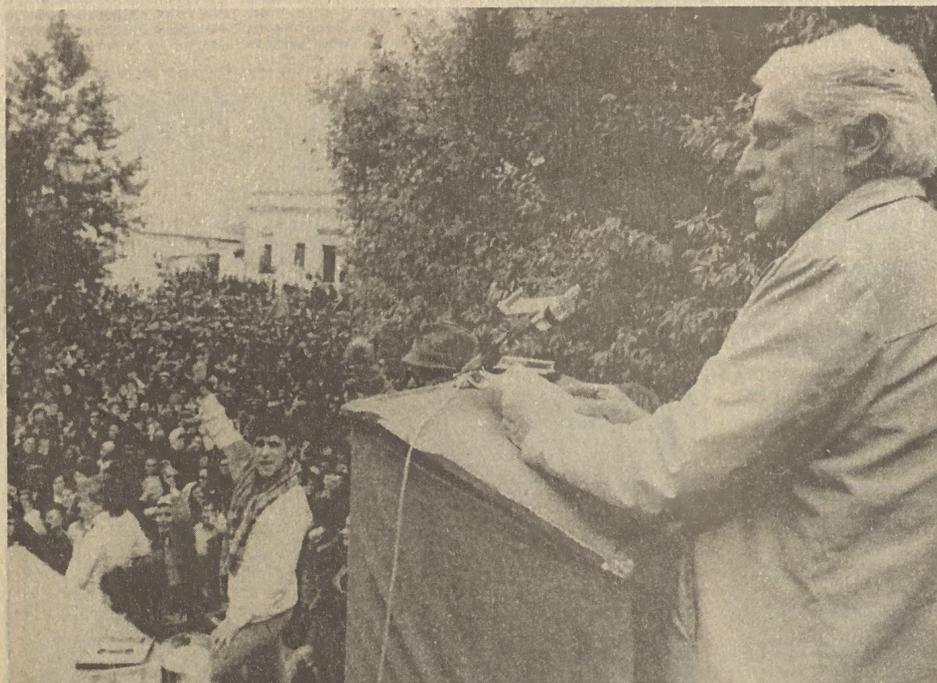
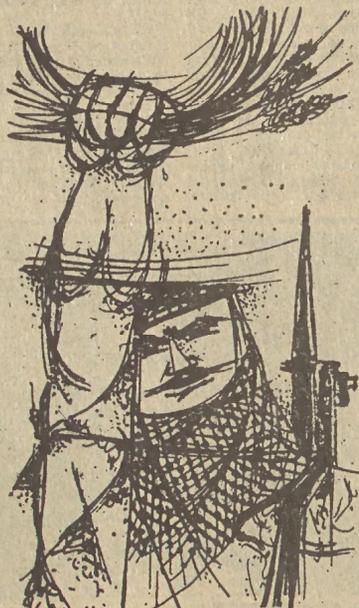
No final, cerca das 19h00, haverá um encontro de informação com os órgãos de comunicação social presentes.

Lisboa, 23 de Outubro de 1979

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU

DELEGAÇÃO PORTUGUESA NO LÍBANO E NA SÍRIA

Pág. 2/11



Álvaro Cunhal no Alentejo

O camarada Álvaro Cunhal deslocou-se no passado sábado ao distrito de Beja (Pág. 12). No próximo domingo, o secretário-geral do PCP estará em Peniche, Nazaré, Valado de Frades e Marinha Grande (Pág. 3)

Editorial

O FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO

As provocações terroristas no Alentejo e no Algarve ultimamente registadas e a forma como a elas se refere a imprensa fascista e fascizante suscita a atenção para algumas questões que importa recordar.

É um facto notório que a saída constitucional da crise governativa, presentemente numa fase adiantada, colheu de surpresa a reacção e provocou nos seus arraiais uma desorientação patente.

A exoneração do governo fascizante Mota Pinto PPD CDS e a sua substituição pelo Governo Lourdes Pintasilgo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições gerais intercalares não estavam manifestamente nem nos planos nem nas previsões da extrema-direita.

Os estrategas da reacção — cuja cabeça visível são o PPD e o CDS — jogavam, como é sabido, numa carta diferente: a carta do golpe, da revisão Inconstitucional da Constituição, do referendo antidemocrático, da farsa eleitoral grosseiramente servida por uma "lei" que permitisse chamar "sim" ao "não" e "não" ao "sim", como nos "bons" velhos tempos do fascismo, em termos de tradução da vontade popular.

Sob estas formas aparentemente legais, mas de facto empapadas de ilegalidade e de golpismo, a direita preparava afanosamente o seu assalto ao Poder. E o Poder, nas mãos da reacção, seria de imediato o trampolim necessário para alcançar rapidamente e em força os seus objectivos estratégicos fundamentais, ou seja: a destruição do regime democrático, a restauração de uma nova ditadura.

Os métodos, os caminhos para fazer aproximar a hora das mudanças são igualmente conhecidos, foram já largamente experimentados ao longo de todo o processo. Provocar por todos os meios a completa desorganização da vida do País e das instituições democráticas, em particular dos órgãos de soberania garantidas da Constituição; levar a cabo uma vasta manobra de desestabilização política, económica, social e militar, de maneira a empurrar para um beco sem saída a situação portuguesa — tais eram e são os meios utilizados pelos chefes da direita para atingir os seus objectivos.

A solução da crise no quadro constitucional veio desarranjar visivelmente todos os planos dos estrategas reacção, a derrota dos seus projectos obrigou-os a repensar toda a sua estratégia de assalto ao Poder; a direita — dividida e roída por profundas contradições internas — encontrou-se de repente perante uma situação para a qual não estava notoriamente preparada.

A "Aliança Reaccionária", agrupando num saco de gatos todo o rebotalho da extrema-direita temerosa de uma derrota ainda mais séria, surge como necessidade de enfrentar a nova situação e num terreno que não era o seu.

Principalmente Sá Carneiro com a sua reconhecida falta de serenidade e o seu histórico reacção perde a cabeça e arremete contra tudo e contra todos os que haviam inviabilizado de momento os seus projectos golpistas.

Os chefes do PPD, a que se juntam depois os do CDS, multiplicam os seus ataques ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao Governo Lourdes Pintasilgo. Mesmo o PS, um executor e aliado nas horas altas da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista não é poupado às arremetidas furiosas da direita. A cegueira "bipolarizadora" de Sá Carneiro abre fronteiras em zonas políticas inesperadas. O desconhecimento de uma direita reagrupada e simultaneamente mais isolada da massa do povo torna-se evidente.

Compreensivelmente no pólo mais extremo da cega "bipolarização" de Sá Carneiro está a força mais homogénea da democracia portuguesa, o mais esforçado defensor das conquistas de Abril, o campeão mais consequente da luta pelas aspirações mais sentidas do povo trabalhador e pela independência nacional — o PCP.

A força do PCP, o seu enraizamento profundo nas massas populares, a sua linha coerente de respeito e defesa da legalidade democrática, das instituições, do regime consagrado na Constituição; o aumento do seu prestígio, autoridade e influência políticas em áreas onde o caciquismo reaccionário e o terrorismo a soldo da reacção tentaram expurgá-lo, ergueram-no como um obstáculo intranqueável aos propósitos inconstitucionais e golpistas dos chefes da direita.

Para Sá Carneiro, o Partido da "pacificação nacional" torna-se um pesadelo que é imperioso combater e arrear da vida política portuguesa.

Na reunião do Conselho Nacional do PPD de 24 de Setembro o "chefe", afirmou, claramente enervado: Ao PCP "é muito difícil combatê-lo quando ele aparece, cada vez mais, como partido que aceita o jogo democrático, que colabora, que defende a Constituição, que defende a paz social".

A pequena estatura política de Sá Carneiro limita-lhe os horizontes do seu "jogo democrático", mas a sua histeria anticomunista tornou-se imediatamente um lema de acção para toda a extrema-direita.

Três dias depois numa região do País onde o PCP tem uma decisiva influência política, no Alentejo da Reforma Agrária, dois trabalhadores caem ceifados por balas assassinas de elementos dementados da GNR. Na noite a seguir ao funeral dos dois trabalhadores uma bomba rebenta em Montemor e outra em Évora.

O assassinato desses dois heróicos obreiros da Reforma Agrária levanta a indignação do povo alentejano e de vastos sectores do Povo português.

Mas os pasquins da direita, todos os órgãos de comunicação social controlados pelo PPD e o CDS — a rádio, a televisão, alguns jornais estatizados e toda a imprensa fascista e fascizante — levantam um coro orquestrado contra a "ditadura do PCP" no Alentejo.

Segundo a técnica costumeada de virar o bico ao prego, a reacção faz o mal e a caramunha.

Criar rapidamente ao PCP a imagem do "partido da subversão e da desordem", preconizada por Sá Carneiro no seu discurso do Conselho Nacional, é o objectivo imediato da propaganda da direita.

A escalada das provocações anticomunistas acompanha a par e passo a escalada do medo do resultado das eleições intercalares pelas forças reaccionárias.

Em 2 de Outubro o "Conselho Coordenador" da Aliança Reaccionária diz num comunicado ao País: "os recentes acontecimentos do Alentejo... vieram mais uma vez pôr em evidência o estado de permanente insurreição contra a autoridade e a unidade do Estado que se vive no Sul do País". E mais à frente: "a crescente arrogância do PCP no Alentejo é sem dúvida o ensaio geral de uma política destinada a instalar em Portugal um clima de intimidação e anarquia num período pré-eleitoral".

No dia 3 de Outubro o jornal "Povo Livre", órgão do PPD, publicava em grande títulos: "Até quando a violência do PC no Alentejo?", e "PC tenta impedir a concretização da vontade da maioria do Povo português".

E, entretanto, a vontade da maioria do povo, no Alentejo da Reforma Agrária, manifesta-se cada vez mais viva ao lado do PCP. A direita mais reaccionária, sob a fachada da Aliança dita democrática, perde cada vez mais o pé, mesmo pessoas que ainda recentemente lhe davam algum crédito viram-lhe agora as costas.

No sábado último, o secretário-geral do PCP passou por diversas povoações do Alentejo, em toda a parte tocantes manifestações de adesão e carinho populares pelo PCP mobilizaram muitos milhares de alentejanos; a resposta do povo do Alentejo é um clamoroso desmentido às calúnias da reacção. Mas na noite seguinte mais quatro engenhos explosivos rebentaram no Alentejo e, um dia depois, outro em Faro.

Quem organiza, quem está por detrás, quem está interessado em criar nesta zona do País focos de perturbação, de intranquilidade, de intimidação contra as populações alentejanas — o PCP ou as forças reaccionárias? O Povo português exige o rápido apuramento das responsabilidades e a punição dos criminosos.

Os Sá Carneiro, os Freitas do Amaral, os Sousa Tavares, os Casqueiro & C.ª jogam contra a inteligência do Povo português, incentivam o ódio contra os comunistas e todos os democratas, mostram cada vez mais a sua cara de inimigos da democracia e o seu medo pelo resultado das eleições intercalares de Dezembro.

A manobra reaccionária está perfeitamente à vista: os que no passado utilizaram os Ramiro Moreira, os Torres de Murça e outros para tentarem, sem o conseguirem, irradiar o PCP e suprimirem de facto as liberdades democráticas nas suas zonas de influência no Norte e Centro do País, pretendem agora criar, pelo recurso a novas provocações e violências, a ideia da ausência de liberdades na zona da Reforma Agrária, da impossibilidade de ali fazerem a sua campanha eleitoral os

partidos da direita e tentarem justificar os mesmos métodos de 1975, desencadeando em Portugal o "inverno quente" a que já aludiu o prof. Freitas.

Além, o comunicado de anteontem da Comissão Política Distrital de Évora do partido de Sá Carneiro é explícito quanto avança que "os alvos dos atentados — (das bombas da noite de sábado) — não deixam margem para dúvidas sobre os fins que os seus autores desejam obter, designadamente impedir, por amedrontamento, o cumprimento da Lei de Bases da Reforma Agrária" e "intimidar as populações e estabelecer um clima de intranquilidade e desmobilização para os actos eleitorais que se avizinham".

A histeria anticomunista da extrema-direita esconde o seu receio real pelos resultados eleitorais de Dezembro, é a capa com que procura encobrir o seu ódio ao regime democrático e as suas actividades golpistas contra o 25 de Abril. Na prática, a campanha de provocações e violências desencadeada pelas forças reaccionárias vira-se contra elas próprias, põe a nu a sua fisionomia antipopular e antidemocrática, é um factor de derrota da reacção nas eleições de Dezembro. O feitiço voltar-se-á contra o feiticeiro.

As raivosas provocações da direita mostram que à medida que se aproxima o início da campanha eleitoral mais resalta a importância das eleições gerais intercalares de Dezembro.

Torna-se cada vez mais claro que o que está em jogo não é uma simples disputa entre partidos mas uma verdadeira escolha entre duas políticas, dois projectos de vida para o Povo português, entre duas forças de largo contorno social mas de condição diametralmente oposta.

Nestas duas forças onde se situa o PS? No antagonismo com o PCP e no terreno resvalado de uma nova aliança com a direita que Mário Soares expressou na sua recente conversa com os jornalistas?

No discurso de Álvaro Cunhal, no domingo, a inutilidade do "voto útil no PS", reclamado por Mário Soares, é liminamente demonstrada. É mais uma vez para se aliar à direita que Mário Soares joga com o malabarismo do "voto útil no PS"?

Toda a actividade pré-eleitoral do PCP integrado na aliança Povo Unido, no último fim-de-semana, mostra a força de adesão de muitos milhares de portugueses às propostas políticas dos comunistas.

O voto APU é o voto útil na democracia, no 25 de Abril, na defesa das conquistas da Revolução.

Uma grande vigilância, face às provocações e violências da direita, impõe-se com uma redobrada actividade orientada para o seio das massas populares.

A derrota da direita com a saída constitucional em curso impõe-se preparar uma nova e definitiva derrota dos seus partidos, da Aliança Reaccionária, e a vitória das forças democráticas pelo voto no PCP no quadro da APU nas eleições de 2 de Dezembro.

Contra vidas e haveres a reacção utiliza a «propaganda» bombista

O medo da estabilidade democrática continua a empurrar a direita para os actos terroristas. Há cerca de uma semana, o Alentejo foi novamente escolhido pelas forças reaccionárias para a prática de atentados bombistas. Dias depois, em Faro, como anteriormente destruindo bens públicos e particulares, e fazendo um ferido com alguma gravidade, o desespero desestabilizador da direita voltou a utilizar a bomba. Cinco engenhos explosivos no espaço de uma semana dão, bem a medida desse desespero e servem também para avaliar como as bombas não atingem o alvo pretendido pela direita: responsabilizar os comunistas, os trabalhadores organizados, por actos

repugnantes que o PCP tem condenado vigorosamente.

As bombas são colocadas pelas forças reaccionárias, pelos mesmos que incendiaram centros de trabalho do Partido e de outras forças progressistas, pelos que puseram bombas em embaixadas e casas de antifascistas, pelos que fazem parte da rede bombista, descoberta mas não desmantelada, e cujos elementos continuam em liberdade, sublinha a Direcção da Organização Regional do Alentejo, (DORA) do PCP.

«A direita, junta em torno da aliança reaccionária — acrescenta aquela Organização do Partido — está apostada em criar um clima

de tensão e instabilidade no Alentejo, em vésperas de eleições, para responsabilizar a força maioritária na região, o PCP». A direita «não quer que as eleições no Alentejo sejam mais uma vez que o povo alentejano quer a liberdade, está com a Reforma Agrária e com o 25 de Abril».

É notória a repulsa das populações pelos atentados bombistas. As especulações e a confusão que a direita procura orientar a todo o custo contra os comunistas, através da instabilidade que promove e incita em actos e palavras, é, por sua vez, condenada vigorosamente pela Comissão Concelhia de Faro do PCP e pelo MDP/CDE, exigindo a «severa e urgente punição dos marginais

que, a soldo das forças mais reaccionárias, tentam criar um ambiente de terror».

As autoridades competentes devem agir rapidamente contra as actividades criminosas dos bombistas. A serenidade e o curso normal da vida democrática, que o período eleitoral exige, não podem continuar a ser perturbados por quem já parece não confiar na propaganda caluniosa e recorre à bomba para lançar a confusão, causar danos e fazer vítimas.

Os bens públicos e particulares «à própria vida humana não contam para os aproveitadores da instabilidade, que só invocam a ordem para reprimir os trabalhadores e atacar a democracia.

As comemorações da Revolução de Outubro

No próximo dia 7 de Novembro ocorrerá a passagem de mais um aniversário — o 62.º — do triunfo da Revolução na Pátria de Lénine, que assinalou uma nova fase na vida da Humanidade em luta pelo progresso, a paz e o socialismo.

Pela sexta vez consecutiva, o povo português, os trabalhadores e os militantes progressistas do nosso país vão ter oportunidade de afirmar em liberdade a sua inquebrantável solidariedade com os ideais da Revolução de Outubro e com o povo que hoje a desenvolve a todos os níveis nas fábricas, nos campos e nas escolas da URSS.

Este ano, a Associação Portugal-URSS promove um conjunto de iniciativas com a participação de uma representativa delegação cultural

e artística da República Soviética do Cazaquistão.

Como salienta um documento de Imprensa divulgado pela Associação, «esta República asiática da URSS, que tem antigas tradições históricas e culturais, encontrava-se num atraso secular antes da Revolução de Outubro, agravado pelo facto do seu povo ter velhos hábitos de nomadismo».

E acrescenta o referido documento: «Partindo quase do zero no plano económico e cultural (basta dizer que na altura da Revolução 98 por cento da população autóctone era analfabeta), hoje o Cazaquistão não conhece o analfabetismo, possui cinco escolas superiores, incluindo as Universidades de Alma-Atá (a capital) e Karangandá, 28 teatros profissionais mais de sete mil clubes, casas e palácios

de cultura, mais de nove mil bibliotecas e 9800 cinemas para uma população de 14 500 000 habitantes».

Ernek Serkebaev, Rosa Djamanova, Rauchan Baissaitova, Khorlan Kallimbekova e Ailbek Drichev, que temos a oportunidade de aplaudir no nosso país, integrados num conjunto de artistas profissionais daquela República Soviética, actuarão no próximo dia 31 no Porto, no cinema Vale Formoso; no dia 1 de Novembro em Braga, na Escola-Piloto da Fundação Gulbenkian; no dia 2 em Viana do Castelo, no Teatro Sá de Miranda; no dia seguinte em Coimbra, no Teatro Gil Vicente; no dia 4 em Castelo Branco, no Museu Tavares Prouença; no dia 5 em Lisboa, no Teatro S. Luiz; no dia 9 em Évora, no Teatro Garcia de

Rezende; e no dia 10 em Azeitão, na Sociedade Musical e Recreativa "Azeitonense".

Nos próximos dias teremos também entre nós um conjunto de danças e canções populares da região cazaque de Djambul, o grupo "Molinkum", que é constituído por 25 elementos. O seu primeiro espectáculo é já no dia 31, em Barcelos, no Cine-Teatro Gil Vicente, início de uma digressão que terminará no dia 11 de Novembro na Amadora, e que o levará a Alpiarça, Viseu e Vila Real de Trás-os-Montes, entre outras localidades.

Recordamos que o programa comemorativo elaborado pela Associação Portugal-URSS inclui a realização de diversas exposições, um ciclo de cinema no Palácio Foz em Lisboa de 29 deste mês a 3 de Novembro inclusive,

Delegação no Líbano e na Síria

O camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional do PCP, realizou uma visita ao Líbano e à Síria de 9 a 19 de Outubro.

Durante a visita ao Líbano, realizada a convite do Partido Comunista Libanês e da Organização de Libertação da Palestina, o camarada Albano Nunes foi recebido por Nicolas Chaoui, presidente do PCL e teve conversações com uma delegação dirigida pelo camarada Nadim Abdel-Samad, membro do Bureau Político e do Secretariado do PCL.

Em Beirut foi recebido por Yasser Arafat, Presidente da OLP, com quem tratou aspectos relacionados com a próxima realização em Lisboa da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua Causa Central, a Palestina». Encontrou-se ainda com outras forças patrióticas e democráticas libanesas e da resistência palestina, designadamente com a Direcção do Movimento Nacional Libanês, com

W. Jumlat, Presidente do Partido Socialista Progressista Libanês e Nayef Hawatmeh, Secretário-Geral da Frente Democrática de Libertação da Palestina.

O camarada Albano Nunes visitou ainda o Sul do Líbano onde contactou com as forças conjuntas progressista-palestinas e teve ocasião de verificar as destruições provocadas pelos criminosos bombardeamentos israelitas na cidade de Tyr.

Na República Árabe Síria, onde se deslocou a convite do Partido da Renascença Árabe Socialista (Baas), o camarada Albano Nunes foi recebido por Abdullah Al Ahmar, Secretário-Geral Adjunto do Baas e teve conversações com Fawaz Sayyagh, chefe do Departamento de Relações Exteriores do Baas. Em Damasco encontrou-se também com os camaradas Khaled Bagdash, Secretário-Geral do Partido Comunista Sírio, Secretário-Geral Adjunto.

Para além de encontros vários de informação e de contacto com diferentes aspectos da realidade

da RA Síria, o camarada Albano Nunes visitou a cidade de Kuneitra, junto aos territórios ocupados nos montes Golan, que foi barbaramente arrasada pelas tropas israelitas em 1973.

Nos encontros realizados o camarada Albano Nunes teve oportunidade de receber uma ampla informação sobre a situação nos países visitados e na região e de informar sobre o processo da revolução portuguesa e a actividade do PCP. Teve também oportunidade de expressar a firme solidariedade dos comunistas portugueses à luta dos povos árabes contra as agressões e conspirações do imperialismo e do sionismo e, em particular, à luta do povo palestino pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais, incluindo o da criação em território da Palestina do seu próprio Estado nacional, independente e soberano.

(Ver entrevista com Albano Nunes na pág. 11)

Romagem ao mausoleu do Tarrafal

Assinalando a passagem do 43.º aniversário da criação do Campo de Concentração do Tarrafal, um grupo de sobreviventes desse campo, que constitui o Núcleo da URAP de ex-presos do Tarrafal, leva a efeito no próximo domingo, às 11 horas, uma romagem ao Mausoléu-Ossário erguido no cemitério do Alto de S. João à memória dos 32 antifascistas mortos naquele Campo de Concentração.

A URAP, União de Resistentes Antifascistas Portugueses, convida todos os antifascistas e patriotas a associarem-se a esta romagem.

Cantar a Reforma Agrária

Dezenas de trabalhadores do espectáculo vão participar, amanhã às 21 e 30, num grande espectáculo de solidariedade com as famílias dos trabalhadores mortos em Montemor-o-Novo. O espectáculo, que será no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, é promovido pela Cooperativa do Espectáculo Popular "Cantarabril" e compõe-se de Canto Livre, Circo, Fado, Poesia, Teatro. Conta ainda com a participação de vários grupos representativos do Folclore Alentejano.

Júlio Martins morreu há um ano

Passa hoje um ano sobre a data do falecimento do camarada Júlio Martins.

Militante do PCP desde os 13 anos, toda a sua vida foi um exemplo de persistência e tenacidade na luta pelos interesses dos trabalhadores e de dedicação desinteressada e sem limites ao seu Partido. Por isso, os comunistas o recordam, por isso os trabalhadores, sobretudo os obreiros da Reforma Agrária o lembram com saudade.

A repressão cedo se abateu sobre o jovem estudante de Agronomia que foi, e durante

o fascismo, toda a sua vida foi resistência, tendo passado 12 anos nas prisões, suportando com firmeza exemplar as torturas da PIDE.

Na sua vida militante, antes e depois do 25 de Abril, o estudo dos problemas agrários do nosso País constituiu sempre uma das suas preocupações e foi mesmo durante as prisões que escreveu «As Estruturas Agrárias», obra que ainda é um marco importante para a caracterização das relações de produção no sector agrícola.

Depois do 25 de Abril a sua acção no apoio aos Sindicatos

Agrícolas do Sul e na elaboração das Convenções de Trabalho foi fundamental, a par de muitas outras actividades ao lado dos homens e das mulheres que faziam da Reforma Agrária uma realidade, trabalhadores que na sua campanha deixaram inscrito: «Faremos brotar o pão que nos ajude a produzir».

São os mesmos trabalhadores que amanhã, às 13 horas, promoverem uma concentração no cemitério de Benfica onde, mais uma vez, a memória de Júlio Martins será homenageada.



Agostinho Neto evocado em Lisboa

Armindo Caldas e Eunice Muñoz leram poemas do livro «Sagrada Esperança» de Agostinho Neto na sessão de homenagem ao falecido Presidente da República Popular de Angola que levou centenas de pessoas ao Teatro Vasco Santana, em Lisboa, na passada terça-feira. Na sessão de homenagem promovida pela Associação Portugal-Angola e que presidiu o embaixador da RPA em Lisboa, Adriano Sebastião, usara da palavra Daniel de Matos, presidente da Associação e Roberto Carvalho, primeiro-secretário da Embaixada, recordando a vida e a obra do grande dirigente angolano. Houve ainda projecção de filmes sobre as exéquias de Agostinho Neto

edições Avante!

LIVRO NEGRO DO MAP

Preço 30\$00

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua S. João Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua S. João Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrangência os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 188, Pedrouzha - 3000 Coimbra. Tel. 31226.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779826.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 779936/779750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Haska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tragem média do mês de Setembro: 69 800



Semana

17 Quarta-feira 1974 — O general Costa Gomes é o primeiro Chefe de Estado Português a discursar na ONU.

O ministro do NE da Hungria, Frigyes Pujá, afirma no final de uma visita oficial ao nosso país que as possibilidades de desenvolvimento das relações entre Portugal e a Hungria existem, sendo necessário agora aproveitar essas facilidades num futuro próximo. ■ O "Diário da República" publica as condições e regulamentos de acesso ao ensino superior, bem como a Portaria 549/79, que fixa os quantitativos do "numerus clausus". ■ A FENACOOP — Federação Nacional das Cooperativas de Consumo — revela que foi assinado um protocolo de acordo, para a cooperação no domínio das suas actividades, com o Instituto Nacional das Cooperativas de Cabo Verde (INC). São hospitalizados dois trabalhadores da empresa Prah, do Porto, que participavam na greve da fome iniciada há nove dias contra o encerramento da empresa. ■ Os serviços regionais do MAP em Évora continuam a notificar Cooperativas para novos processos de reservas. ■ O tenente-coronel Victor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução, desmente informações divulgadas na semana passada pelo semanário reaccionário "Tempo" e denuncia a quantidade de boatos que vêm sendo veiculados neste período pré-eleitoral. ■ A Federação das Unões de Ligas de Agricultores do Baixo Mondego emite um comunicado onde alerta os órgãos do poder para a possibilidade de novas inundações naquela região, recio justificado pelas chuvas abundantes que já caíram este ano.

18 Quinta-feira 1910 — São abolidos os títulos nobiliárquicos em Portugal.

Em comunicado conjunto, os Secretariados e Unões Distritais dos cinco distritos da zona da Reforma Agrária exigem a sua integração imediata na Comissão que vai reexaminar o processo de reservas. ■ Em conferência de imprensa os trabalhadores da Equimetal anunciam que paralisarão durante seis horas na próxima quarta-feira se, até lá, a administração da empresa não pagar os salários de Setembro. ■ A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) pronuncia-se pela necessidade de se definir com urgência o regime de importação da batata de semente para a próxima campanha. ■ Em conferência de imprensa, dirigentes do Sindicato Têxtil do Porto e Aveiro denunciam uma escalada repressiva e de ataque às liberdades sindicais na área abrangida pelo Sindicato, escalada que é acompanhada de uma ameaça crescente de desemprego, enquanto ascendem já a centenas de milhares de contos as dívidas do patronato aos trabalhadores. ■ A imprensa noticia que o Centro de Investigação e Controlo da Droga descobriu na zona de Portimão duas grandes plantações de liamba, com cerca de 200 kg de liamba verde, susceptíveis de produzir grande quantidade de droga; foram detidos três indivíduos e entregues ao Juiz de Instrução Criminal. ■ O ministro dos NE Freitas Cruz e o embaixador da RFA no nosso país assinam dois acordos de cooperação financeira no valor de três milhões e oitocentos mil contos. ■ Após longas horas de negociações, a administração e as Comissões de Trabalhadores da Prah, no Porto, chegam a um acordo que põe termo à greve da fome progressiva ali em curso.

19 Sexta-feira 1889 — Morre o rei D. Luis.

Em nota oficial, o Ministério do Trabalho esclarece o processo de nomeação da representação dos trabalhadores à III Conferência Regional Europeia da OIT. ■ O "Vespertino" "Diário de Lisboa" revela estreitas ligações entre o PPD/PSD e o Partido ultra-direitista CDU, da RFA, chefiado pelo "chefe" da Baviera, Strauss, indo o PPD ao ponto de negociar futuros "auxílios" do CDU que passam, nomeadamente, pela formação de quadros "pépedes" pelo CDU através da "Fundação" Hanns-Seidel, criada para esses fins. ■ Os trabalhadores mineiros integrados na Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal anunciam em conferência de imprensa que não lhes resta outro caminho que não seja a greve marcada para o próximo dia 25 de Outubro, durante todo o dia e abrangendo todos os turnos, assumindo o patronato, ao romper as negociações do CCTV da Indústria Extractiva, a responsabilidade pelo conflito.

20 Sábado 1978 — No prosseguimento do julgamento dos assassinos do general Humberto Delgado, Silva Pais confessa que Salazar aprovava a "operação" e que posteriormente dera ordens para que o caso fosse abafado.

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, desloca-se a várias localidades alentejanas. ■ Realiza-se na "Voz do Operário" o Encontro de dirigentes e delegados sindicais e membros de CTC's do distrito de Lisboa, por iniciativa da USL e CIL, onde se exortam os trabalhadores do distrito a participarem nos próximos actos eleitorais e a darem os seus votos às listas de candidatos que mais garantias dêem de defender intransigentemente os seus direitos e interesses. ■ Realiza-se no Cine-Teatro de Gaia, no Porto, o Encontro Regional para a Vitória Democrática, promovido pela DORP do PCP. ■ A ANOP, citando uma fonte diplomática, revela que o primeiro-ministro Maria de Lourdes Pintasilgo foi convidado a visitar oficialmente o Iraque e a Jordânia.

21 Domingo 1969 — O Ministério do Interior fascista divulga uma nota onde pretende fazer crer que, ao contrário do que dizia a Oposição, "quase" não havia presos políticos em Portugal.

Quatro engenhos explosivos dellagram na região de Évora — um na cidade, outro em Viana do Alentejo e dois em S. Miguel de Machede — destruindo duas viaturas, uma ceifeira-debulhadora e um muro de um barracão. ■ O DORP do PCP emite um comunicado a propósito destes rebentamentos, que considera manobra desestabilizadora da direita. ■ O Secretariado do Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) denuncia que algumas centenas de processos de despejo contra os rendeiros entraram nos últimos dias em quase todos os tribunais das comarcas do distrito do Porto, postos por senhorios absenteístas, devido à não promulgação das alterações à "Lei dos Senhorios Ricos". ■ Mais de cinco mil militantes da ORL do PCP participam no Encontro de Militantes de Lisboa do PCP, no decorrer do qual foram apresentados os candidatos da Aliança Povo Unido por Lisboa às próximas eleições.

22 Segunda-feira 1383 — Morre o rei D. Fernando.

Um engenho explosivo de média potência dellagra no interior de um carro do lixo, em Faro, ferindo um trabalhador dos serviços municipais de limpeza. ■ Em comunicado, os Sindicatos da Actividade Cinematográfica, dos Músicos e do Espectáculo anunciam que será constituída brevemente a Federação dos Sindicatos dos Espectáculos. ■ Os trabalhadores da ANOP paralisam por algumas horas, em luta pela aplicação da tabela salarial. ■ O secretário preparatório da Conferência de Solidariedade com a causa palestina informa que esta se iniciará no próximo dia 2 na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

23 Terça-feira 1931 — Morre em Lisboa, com 49 anos de idade, o maestro Alves Coelho, que foi autor de uma vasta obra musical.

É noticiado na imprensa que os Serviços Médico-Sociais, para "suprir a falta de verbas", reduziriam drasticamente a sua comparticipação em vários sectores. ■ Uma nota do Ministério do Comércio e Turismo revela que visitaram Portugal de Janeiro a Setembro cerca de quatro milhões de turistas estrangeiros.

Com Álvaro Cunhal no Baixo Alentejo Um dia de viagem em contacto com as populações

Para que serve uma mesa bonita se não temos pão para lhe pôr em cima? — esta pergunta fê-la Manuel Pereira Martinho, médio agricultor de Ourique, numa clara alusão à administração PPD da câmara local, mais interessada nas obras de fechoada (estátuas e jardins) em prejuízo dos interesses diários das populações do concelho (água, esgotos, luz, estradas, para só citar alguns).

Ourique foi a última povoação visitada pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, durante a digressão por terras do Baixo Alentejo, que durou todo o dia de sábado.

Ourique foi também terra onde, apesar do atraso de cerca de hora e meia em relação ao horário previsto, ninguém abalou. Isto apesar de já ser noite cerrada quando a caravana, finalmente, se deteve frente às instalações da Casa do Povo.

Eram onze horas da manhã quando o camarada Álvaro Cunhal chegou a Santa Margarida do Sado, primeira paragem da deslocação por terras do Alentejo. Chovia. O que não impediu,



contudo, que muita gente o aguardasse à beirada da estrada. Envolvido de imediato pelos presentes, o secretário-geral do PCP aproveitaria a oportunidade para dirigir algumas palavras manifestando a certeza de que os trabalhadores têm mais força que a reacção apontando, por isso mesmo, a necessidade de reforçar a presença dos deputados comunistas na Assembleia da República. Falando da unidade, recordou que naquela terra existia um exemplo do que os trabalhadores podem fazer quando desenvolvem esforços num mesmo sentido, como era o caso da construção do posto clínico.

Antes de Ferreira do Alentejo, nova paragem, desta vez em Figueira de Cavaleiros. Concentração no Largo da Igreja. Todos queriam dar um abraço, apertar a mão, trocar umas palavras. Com um ramo de cravos uma mulher aproximou-se e disse, confiante, enquanto oferecia as flores: Camarada, os cravos de Abril não murcharam! Perante uma assistência que incluía crianças e velhos e cuja composição mereceria aliás retribuição por parte de Álvaro Cunhal na curta intervenção que proferiu, visto que os mais velhos sabem hoje que os filhos e os netos irão ter um futuro melhor, recordou que se os trabalhadores não tivessem defendido as liberdades não seria possível estarmos agora aqui.

abraços, ao mesmo tempo que trocava opiniões com os que o rodeavam.

No interior da Casa do Povo o Grupo de Pioneiros de Ferreira deu as boas vindas. Seguiu-se um breve comício.

Lamentando o programa que não permitia paragens mais extensas (o ideal era não ser eu o único a falar, mas poderemos estar aqui o tempo suficiente para todos falarmos, para todos poderemos trocar opiniões), o camarada Álvaro Cunhal começou por se referir à Reforma Agrária.

Depois de recordar que segundo os planos não concretizados de Barreto e Vaz Portugal do 1 100 000 hectares de terra da Reforma Agrária mais de metade devia passar para as mãos dos agrários, salientou a importância da unidade entre trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores.

Pensamos — acrescentou — que não somos só nós os comunistas que podemos resolver os problemas. Por isso, se os interesses são iguais, por que não se vão unir comunistas e os que não são?

A ovação que se seguiu foi pretexto ainda para defender a unidade: Todos nós gritamos agora «PCP», mas desejamos que chegue o dia em que trabalhadores gritem «PS» juntamente com os que gritam «PCP».

Barreto, «o mais-à-esquerda»

Barreto — recordou Álvaro Cunhal — esteve no PCP, mas desde logo se considerou mais à esquerda do que o Partido Comunista Português (algumas cartas que escreveu assim o confirmam). Depois, andou ligado a grupos esquerdistas e com o 25 de Abril aparece subitamente filiado no Partido Socialista.

Depressa o abandonou para formar o grupo dos reformadores. Depois de pender para o partido presidencialista, vêmo-lo agora encostado ao PPD e à aliança reaccionária. E o camarada Álvaro acrescentou: Qualquer dia está com o Kadiza e não estará com o Salazar porque já morreu.

A acção do Partido Socialista nos últimos anos não deixou de merecer reparo ao secretário-geral do PCP, recordando que o PS se aliou ao CDS para formar governo e com a sua abstenção deixou passar na Assembleia da República o Governo Mota Pinto de triste memória.

Reafirmando o desejo de unidade com o Partido Socialista pela qual o PCP sempre lutou, o camarada Álvaro Cunhal acrescentou que essa unidade ainda não foi possível porque os dirigentes do PS não querem, preferem aliar-se ao PPD e ao CDS.

Em Ferreira do Alentejo Em Figueira de Cavaleiros o sol conseguiu romper as nuvens e afastar a chuva. Depois, já em Ferreira do Alentejo, o sol inundava toda a planície. Durante o resto do dia — à excepção de Beja onde uma nuvem renitente obrigou por momentos a que os chapéus-de-chuva fossem abertos — o tempo manteve-se agradável.

Quando a caravana — que entretanto engrossara com novos carros das povoações por onde passara — chegou a Ferreira do Alentejo ainda muita gente se dirigia para a Casa do Povo que, nessa altura, já se encontrava cheia. Também aqui se repetiu a mesma cena. Envolvido pela multidão, o secretário-geral do PCP recebeu apertos de mão,



A caminho de Trigaches

Para quem se faz à estrada, a paisagem alentejana é tradicionalmente despida da imagem humana. Por isso não foi sem alguma estranheza que começámos a reparar em pequenos grupos postados à beira do caminho, depois de sgrimos de Ferreira. Três ou quatro mulheres aqui, dois pastores mais adiante e assim ao longo de todo o percurso. Eram trabalhadores que sabiam da passagem da caravana.

Isso tornou-se mais evidente quando chegámos à herdade do Pinheiro, reserva entregue ao agrário, conhecido nas redondezas pela alcunha de «esfolia-escravos».

No estensa vinha que cobre a herdade dezenas de mulheres faziam a vindima e acarretavam os cestos à cabeça para a bermã da estrada. Mas reparámos que a maior parte fazia os possíveis para não se afastar muito da estrada.

Quando os primeiros carros chegaram, foi a correria. E passavam palavra: Vem ali! Vem ali!

E a caravana, que não tinha aquela paragem no programa, acabou por se deter porque fazia parte do programa daquelas trabalhadoras agrícolas, que explicavam: Estávamos a trabalhar e não queríamos deixar de ver o camarada.

Já em Trigaches, a população esperava na rua principal a chegada de Álvaro Cunhal. Uma banda a tocar «Grândola» e outras músicas. O percurso feito a pé.

Aqui foi inaugurado o monumento em memória ao camarada Pedro Soares, natural daquela terra, e à sua companheira, a camarada Maria Luísa Costa Dias, falecidos em 1975 num acidente de viação.

Monumento simples, encimado por uma foice e um martelo.

No ênio feito a Pedro Soares e a Maria Luísa Costa Dias, o camarada Álvaro Cunhal salientaria: Este caminho que nos trouxe ao 25 de Abril está cheio do sacrifício de homens e mulheres que lutaram para que o fascismo acabasse. A melhor homenagem que podemos prestar aos nossos mortos é sermos dignos da sua luta, do seu sacrifício.

Recordou ainda o facto de Luísa Costa Dias continuar a ser católica praticante quando, depois de vários anos na prisão, escreveu a pedir a sua adesão ao Partido Comunista.

Em Beringel, a poucos quilómetros, foi inaugurado oficialmente o novo Centro Trabalho. Também aqui Álvaro Cunhal proferiu algumas palavras para as centenas de pessoas que se concentravam à entrada do prédio.

Após o almoço, rápido, no Infantiário «Seara Nova», em Beringel, a caravana partiu para Beja.

Em Beja e Salvada

O comício em Beja decorreu junto ao mercado velho e serviu para apresentar os candidatos da APU pelo distrito, perante o entusiasmo e a participação de milhares de pessoas.

Disse em certo passo Álvaro Cunhal:

A ofensiva contra a Reforma Agrária tem sido violenta e constante há mais de três anos.

Começou ainda no tempo do VI Governo Provisório, com Lopes Cardoso, ministro da Agricultura, em que os nossos camaradas António Bica e Vítor Louro, secretários de Estado, foram sucessivamente afastados por defenderem firmemente os interesses dos trabalhadores e a Reforma Agrária.

E mais adiante:

No imediato, os trabalhadores (e com eles, os sempre, o PCP) exigem que cesse a ofensiva contra a Reforma Agrária, que sejam suspensas todas as entregas de reservas, que sejam rapidamente apuradas as responsabilidades, dos assassinatos de Montemor-o-Novo, que seja retirada a GNR do processo da Reforma Agrária, que seja impedida a actuação dos bandos de agrários e marginais arruaceiros, que seja imediatamente revogada a legislação aprovada pelo governo Mota Pinto, designadamente as leis da cortiça, que seja reaberto o crédito agrícola de emergência, que sejam fixados preços compensadores (particularmente do trigo), que sejam fornecidas sementes

seleccionadas a tempo e horas, em suma, que sejam asseguradas condições normais ao trabalho das UCPS/Cooperativas, assim como aos pequenos e médios agricultores.

O PCP apoia inteira e activamente as justas exigências dos trabalhadores da Reforma Agrária e, tal como no passado, tal como no presente, estará sempre e em quaisquer circunstâncias ao lado dos trabalhadores.

O PCP luta e lutará para que sejam anulados todos os despachos ilegais e arbitrários de atribuição de reservas e sejam restituídas as UCPS/Cooperativas as terras que lhes foram extorquidas assim como os gados, as máquinas e demais valores que lhes têm sido roubados, a mando do MAP e a cobertura violenta e repressiva dada pela GNR.

De seguida, a caravana que agora integrava mais de 20 automóveis seguiu para a povoação de Salvada. Programada à última hora, nem por isso deixou de ter menos participação. Toda a gente na rua à espera. O mesmo carinho na recepção. A mesma confiança na luta.

A caminho de Castro Verde

Trindade e Alburnoa são duas povoações que ficam na estrada de Beja para Castro Verde. Afastadas da estrada, o viajante não fora as placas a indicar não dava por elas, escondidas que estão pelos montes.

Começava já a escurecer. E de repente avistava-se ao longe a multidão que bordejava a estrada, que rapidamente envolvia os carros quando estes paravam.

Sucedeu assim em Trindade, sucedeu assim em Alburnoa, sucedeu o mesmo em Entradas, onde por força da população que o camarada Álvaro Cunhal passasse pela Casa do Povo, que os reformados ali tinham ficado à sua espera.

Com algum atraso já, a caravana chegou por fim a Castro Verde. A entrada da vila um numeroso grupo de pessoas aguardava. E ali mesmo o camarada Álvaro se apeou para seguir com os presentes para junto do edifício da câmara onde decorreu um pequeno comício.

Em Ourique

E depois foi Ourique. Câmara PPD. Câmara que não tem sabido responder à solução dos problemas das populações do concelho. Problemas que foram minuciosamente referidos por Manuel Pereira Martinho, médio agricultor.

Ourique onde hoje a população sente o que é a incuria da gestão autárquica do PPD. Ourique onde cada vez mais se faz sentir a colaboração e a unidade entre trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores na resolução dos seus problemas.

Ourique onde perante as próximas eleições, tanto as intercalares como as autárquicas, há a forte esperança de mudar para a vitória democrática.

Quem quer liquidar o Fundo de Fomento da Habitação?

O Fundo de Fomento da Habitação, único organismo oficial existente no país com condições para promover habitação social, enfrenta actualmente uma grave crise: o presidente do FFH foi exonerado (depois de ter sido levado a pedir a aposentação); o vice-presidente foi forçado a pedir a demissão; os quadros superiores estão ameaçados com a não renovação das suas comissões de serviço; não é dado seguimento ao «diploma orgânico» que deverá regular a situação de 900 trabalhadores do Fundo que se encontram na precária situação de contratados para além do quadro e adidos.

Os problemas com que se debate o FFH não são novos. Criado em 1969, o Fundo de Fomento da Habitação limitava-se, até 1974, à produção directa de fogos de renda económica ou de propriedade resolúvel e à concessão de comparticipações às Câmaras Municipais. Após o 25 de Abril atribuídas ao FFH novas responsabilidades, visando uma actuação mais global de apoio técnico e financeiro à iniciativa privada (Contratos de Desenvolvimento); ao sector Cooperativo e às Associações de Moradores (CHES e SAAL); às autarquias (empréstimos de emergência, renovação urbana); à construção individual (autoconstrução, recuperação de imóveis degradados). Em 1978 foi também transferido para o FFH o programa CAR (Comissão de Apoio aos Retornados).

Do aumento de responsabilidades do FFH correspondeu um aumento substancial de meios e da produção, com se pode ver pelo quadro anexo, que viria a ser subitamente travado em 1978 pelo Governo Mota Pinto/PPD/CDS

penho das funções que lhe estão atribuídas.

Após muitos projectos, ao longo dos sucessivos governos, o IV Governo aprovou finalmente um diploma que, embora não revelava dos trabalhadores e passível de ajustes e melhorias, poderia vir de imediato resolver alguns dos problemas candentes.

Enviado para promulgação já após a queda do IV Governo, aquele diploma orgânico acabaria por ser reencaminhado para exame pelo actual Governo.

O despeleitar da crise

A crise latente no FFH agudiza-se com a actuação que vem sendo seguida pelo secretário de Estado da Habitação, dr. Júlio Cândido Ferreira, que parece apostado em asfixiar o Fundo de Fomento da Habitação.

Membro da administração da Novobra — uma das empresas envolvidas no programa CAR tido como o maior escândalo dos últimos anos no sector habitacional

Cândido Ferreira manteve desde a sua tomada de posse uma posição de desconfiança em relação ao Fundo, recusando-se a receber os representantes dos trabalhadores, mandando funcionários daquele organismo realizar tarefas da competência das forças policiais (identificação dos ocupantes das casas do Plano Integrado do Zambujal) e finalmente não aceitando uma proposta de portaria contendo o quadro orgânico do FFH (apresentado pelo respectivo presidente) que procurava

regularizar a situação dos trabalhadores do Fundo até à publicação do diploma de reestruturação.

Chega-se assim a uma situação de impasse, «com o presidente demitido, as dotações de verbas insuficientes, a incerteza de objectivos e estratégias, a criação de conflitos perfeitamente desnecessários, a falta de uma estruturação adequada e um clima de insegurança e frustração» dos trabalhadores.

O pretexto apresentado para a não aprovação do referido diploma orgânico (este estará dependente da aprovação da lei de delimitação de competências entre as autarquias e a administração central e regional) constitui mais um dado importante para a compreensão do problema.

E tudo parece apontar para uma grande manobra, iniciada com o Governo Mota Pinto/PPD/CDS, tendente a pôr progressivamente em causa o funcionamento do

Fundo para depois apresentar a sua «inoperância» como justificação para entregar totalmente o sector da habitação nas mãos da iniciativa privada.

Repare-se como os acontecimentos se sucederam após o corte de verbas ao FFH: aumento das rendas de casa; apoio às empresas do programa CAR (encobrindo a corrupção aí existente); reivindicação de iguais condições para o sector público e privado (como ainda recentemente aconteceu no encontro de industriais da construção de edifícios); defesa da concessão de crédito para aquisição de habitação para aluguer (eng.º António Pinto, PS, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil); tentativa de criação de antagonismos entre os trabalhadores da administração central e as autarquias (quando na verdade devem ser aliados na luta comum pela defesa do direito à habitação); agudização dos

problemas dos trabalhadores do próprio Fundo de Fomento da Habitação.

Isto para já não falar das tentativas das forças reaccionárias para provocar uma «crise de governo» no momento actual. Não deixa de ser estranho que todo este processo se agrave com a actuação do actual secretário de Estado para a Habitação (muito — demasiado — ligado às empresas de pré-fabricados) precisamente quando o Primeiro-Ministro afirma o seu empenhamento na resolução do problema habitacional.

Não se pretende de modo algum apresentar o FFH como um organismo onde tudo corre sobre rodas. Mas assim como não se liquida uma árvore por ter um fruto podre, também não se pode permitir a liquidação dum organismo — o único que produz habitação social — por nele existirem problemas para cuja resolução basta apenas vontade política.

Actividade do FFH de 1974/78		
	1974	1978
Pessoal	320 trab.	1 200 trabl.
Investimentos (preços correntes)	300 000 contos	8 900 000 contos
Fogos em construção	1 500 fogos	36 600 fogos

Nota: A intervenção do FFH no sector habitacional, bastante reduzida de 1969 a 1974, foi marcante de 1974 a 1978, até ao corte de verbas. Segundo os trabalhadores, desde que sejam postas à disposição as necessárias verbas, o FFH, para além dos 38 000 fogos em curso, poderia lançar imediatamente o arranque de cerca de 11 000 fogos em promoção directa e 6700 nos programas de apoio às Cooperativas e Associações de Moradores.

Dirigentes da juventude comunista falam ao «Avante!» sobre a unificação

No dia 10 do próximo mês de Novembro reunirá em Lisboa o Encontro Nacional de Delegados da UJC e UEC para concretização do processo unificador entre as duas organizações, tarefa cuja importância foi assinalada do IX Congresso do PCP e que tem vindo a mobilizar, de Norte a Sul do País, muitos jovens comunistas e de outras tendências democráticas que, em assembleias, reuniões e iniciativas diversas, estudam e definem actividades específicas orientadas para o pleno êxito do trabalho unificador.

Os objectivos centrais da unificação, o «Avante!» promoveu uma breve mesa-redonda com os camaradas Augusto Carreto, da Comissão Executiva da CC da UJC e suplente do Comité Central do Partido; Teresa Conde e Carlos Rabagal, do Secretariado da UEC, e ainda João Pedro, do Executivo da CC da UJC, pertencendo os quatro camaradas à Comissão Organizadora do Encontro de Delegados.

Sobre os trabalhos preparatórios da iniciativa foi-nos salientado:

A actividade preparatória do Encontro, iniciada com grande entusiasmo e determinação logo após o IX Congresso do PCP, prossegue com assinalável dinamismo em todo o país, designadamente através da realização de reuniões, encontros e assembleias promovidas pela UJC e UEC, iniciativas que continuarão a mobilizar milhares de jovens até ao Encontro Nacional. Aproveitamos, aliás, para fazer aqui um importante apelo a todos os militantes e à juventude em geral: participem no debate em torno do projecto de conclusões do Encontro, participem nas jornadas unitárias promovidas pela juventude comunista na preparação daquele Encontro Nacional.

Segundo revelaram os camaradas, está organizado o seguinte calendário de

Assembleias da UJC e UEC: dia 28 deste mês — Évora-Beja-Portalegre, Santarém, Coimbra, Viseu e Faro; 1 de Novembro — Lisboa e Porto; 3 de Nov. — Aveiro; 4 de Nov. — Braga, Leiria e Setúbal. Estão também marcadas as seguintes Assembleias da Organização do Ensino Superior da UEC: Lisboa — 27 deste mês; Coimbra — 1 de Novembro; e Porto — 4 de Nov. Nos próximos dias decorrerá igualmente a Assembleia da UEC de Trás-os-Montes.

Ainda no âmbito da actividade preparatória — conforme nos

referiram os camaradas — é de sublinhar a realização de diversas reuniões, como por exemplo as reuniões nacionais de quadros do Ensino Superior e do Secundário, as reuniões conjuntas da UJC e UEC do distrito do Porto e de Braga, o Encontro Distrital de Lisboa da UJC, o plenário distrital de Beja, os plenários nas Beiras, entre outros encontros, caracterizados todos eles pelo vivo entusiasmo e pela determinação dos participantes em avançar seguramente na tarefa da unificação.

Para corresponder às numerosas solicitações e facilitar a vinda dos delegados e convidados a Lisboa, no dia 10 de Novembro, estão a ser organizadas em vários pontos do país excursões a preços acessíveis, de ida e volta.

O Encontro decorrerá no Pavilhão dos Desportos, com a participação de 800 delegados (500 da UJC e 300 da UEC), que são eleitos proporcionalmente nas Assembleias preparatórias, e de milhares de convidados, estando previsto também o envio pela comissão organizadora de convites especiais a diversas estruturas e organizações democráticas da juventude estudantil e trabalhadora.



Dirigentes da UJC e da UEC falam ao repórter do «Avante!»



por Portugal de Abril no trabalho na escola e na vida

Alguns números

A par dos problemas e das situações mais diversas, os números também falam por si. Neste caso referimo-nos à juventude portuguesa, imensa esfera humana no seio da qual surgirá brevemente uma nova força: a organização unificada da juventude comunista. São números que dizem bem do esforço e da combatividade revolucionária que serão exigidas aquela organização:

Vivem em Portugal cerca de 2,5 milhões de jovens dos 10 aos 24 anos. Destes, 1.625.000 fazem parte da população

activa do país. Mais de um milhão de jovens são secundários. Nas escolas secundárias encontram-se mais de 700 mil. Em 1976/77 estudavam nas escolas superiores cerca de 86 mil alunos. Mais de 300 mil jovens encontram-se no desemprego. Só entre 1976 e 77 aumentou em mais de 100 mil o número de desempregados no país e os jovens foram, como é do conhecimento público, os mais atingidos. No mesmo período de tempo o número de casamentos baixou de 100 para 90 mil.

Unir, dinamizar

Unir a juventude portuguesa é unir uma força social que, embora tenha diferenças, vive sentimentos idênticos, problemas comuns e aspirações semelhantes. A futura organização unificada da juventude comunista será a força capaz de unir os jovens portugueses. A nova organização, mais eficiente e reforçada, empregará todas as suas energias, toda a imaginação e capacidade de trabalho e luta dos seus militantes e simpatizantes no

combate por uma vida melhor para a juventude portuguesa, na qual — repetiram os camaradas presentes na mesa-redonda — às diferenças sociais se sobrepõem aspirações e problemas comuns. Neste sentido, a acção da futura organização incidirá na luta por uma vida sem desemprego e incertezas para a juventude, por uma vida independente, de amor e felicidade; pelo direito ao ensino e à cultura; por uma sólida formação profissional; pelo aproveitamento são e criador dos tempos livres.

Unir a juventude tem os seus aspectos concretos: unir os jovens operários e empregados

contra as grandes discriminações salariais e profissionais; unir os jovens trabalhadores rurais na luta por uma vida nova nos campos; unir os estudantes contra a degradação das condições de ensino, pela melhoria das condições de estudo e por garantias efectivas de saída profissional; unir os jovens aprendizes pela qualificação e promoção profissional, contra a instabilidade no trabalho; unir os trabalhadores-estudantes, por condições justas de trabalho e estudo; unir as raparigas contra os vexames, as prepotências, a repressão patronal e as discriminações.

Economia de esforços

Numa breve referência aos melhoramentos que se verificarão no trabalho interno da Juventude Comunista, foi-nos salientado, a título de exemplo, o reforço da actividade, com grande economia de esforços, em tarefas centrais, como as da Secção de Informação e Propaganda (SIP), Secção Internacional e Aparelho Técnico. Com a unificação, estes sectores, bem como muitos outros, passam a funcionar de forma centralizada, o que lhes dá maiores possibilidades de trabalho. Por outro lado, serão cerca de 30 mil os efectivos da futura organização unificada.

No próximo domingo os jovens estão em Belém

«Na alegria de viver, a força de ser jovem» — este o lema do grande Festival da Juventude promovido pela UJC e UEC para o próximo domingo, nos relvados junto à Torre de Belém, em Lisboa.

Objectivos centrais da iniciativa: apresentar os candidatos jovens que integram as listas da APU pelo círculo da capital e proporcionar uma jornada de amizade fraterna e de convívio a todos os jovens trabalhadores e estudantes da região de Lisboa.

É o seguinte o programa do Festival: 9.30 — Torneio de futebol de 5 (8 equipas); 10.00 — «Simultânea da Amizade» (Xadrez — participação de centenas de jovens e de alguns dos mais destacados xadrezistas nacionais); 10.00/11.00 — Demonstrações de judo e de halterofilia, com dezenas de

atletas; 11.00/12.00 — Demonstração de ginástica por classes de colectividades populares (Magalhães Lima, SFUAP, Inrcvel Almadaense, entre outras); 15.00 — Espectáculo com actuações de Carlos Paredes, Carlos Mendes, Edmundo Silva e Brigada Victor Jara; 17.00 — Intervenção política por Jorge Araújo, do Secretariado da UEC, e da Comissão Política do CC do Partido, e apresentação dos candidatos da juventude.

As 9 e 30 terá início a «Corrida da Juventude», a disputar em duas distâncias: 2 mil e 6 mil metros, respectivamente para jovens (ambos os sexos) a partir dos 10 e 16 anos. Os interessados que não se inscreverem até sábado nas sedes da Juventude Comunista ou nos CTs do Partido podem fazê-lo no local da prova,

no domingo. Haverá prémios individuais (medalhas para os 5 primeiros) e taças para as equipas classificadas em 1.º lugar em cada um dos escalões. A sua entrega decorrerá no local, a partir das 13 horas.



O direito ao Ensino sofre um novo abalo!

Milhares de estudantes do Preparatório e Secundário sem aulas devido ao estado em que se encontram numerosos estabelecimentos de Ensino; a fixação pelo MEIC (Portaria 549/79) dos quantitativos do «numerus clausus» e das condições e regulamentos de acesso ao Ensino Superior; uma ameaça de «chumbo» colectivo a 400 estudantes da Faculdade da Medicina de Lisboa (caso que se arrasta há mais de um ano); milhares de professores por colocar, estando a situação de desemprego a afectar especialmente os docentes do Ensino Básico; dúvidas em relação ao funcionamento do Ano Propedéutico; ameaça de greve por parte dos professores universitários; incertezas em relação a diversas normas reformuladoras de cursos superiores (caso das Faculdades de Letras); a saída de uma circular que determina o aumento dos

transportes e das refeições em cantinas escolares — estas algumas das questões centrais que, no âmbito do Ensino, prendem actualmente as atenções da opinião pública em geral e em particular as de todos quantos, de uma forma ou outra, estão ligados aos problemas do novo ano escolar no nosso país: professores, estudantes, encarregados de educação.

Motivadas em grande parte por anteriores métodos governativos caracterizados pelo autoritarismo esteril, inoperância e fuga ao diálogo, algumas daquelas questões estão a originar, a todos os níveis, situações de extrema gravidade e apreensão, que aqui podemos, a título de exemplo alarmante, salientar o aumento dos preços dos transportes e das refeições nas cantinas escolares; como consequência principal desta iniciativa motapinista «o direito ao ensino sofre um novo

abalo e neste momento já se conhecem muitas desistências dos estudos, especialmente em zonas do interior», conforme refere um documento divulgado há dias pela Direcção Central do Secundário da UEC e confirmado pelas recentes notícias vindas a lume alguns órgãos de Comunicação Social. Com efeito, são já muitos os casos de famílias de fracos recursos financeiros que, devido àquela medida oficial, são obrigadas a impedir a frequência escolar das suas crianças.

Já desde o passado mês de Agosto o PCP vem alertando a opinião pública para estas medidas restritivas. Na verdade, por iniciativa do governo Mota Pinto/PPD/CDS foi distribuída em 31 de Julho deste ano pelo Instituto de Acção Social Escolar (IASSE) uma circular (29/DSAE/79) contendo medidas para o corte dos subsídios de transporte. «E como se não fosse suficientemente grave a aplicação de tais medidas

ao Ensino Preparatório e Secundário, nova circular (de 4 de Outubro) acaba de determinar o seu alargamento ao Ensino Primário», como refere a nota divulgada a semana passada pela SIP do CC do Partido, que publicámos na íntegra.

Em termos de justificação para estas medidas, diz o IASSE que é seu objectivo «subsidiar os alunos, comprovadamente carecidos, no acesso aos vários serviços postos à disposição de todos os estudantes». Mas a realidade é bem diferente. Quem beneficia deste «apoio reforçado», instituído na base do rendimento anual dos agregados familiares? A resposta é simples. Para se ter uma ideia sobre o significado do tal «reforço», veja-se este exemplo esclarecedor: Um agregado familiar composto pelo casal e um filho, com rendimento correspondente ao salário mínimo nacional, não poderá

beneficiar do tipo de apoio referido pelo IASSE; entretanto, «mesmo os que obedecem aos requisitos da circular terão pela frente a extrema burocracia dos serviços competentes, e para comprovarem a sua situação económica serão obrigados a percorrer o infernal circuito das repartições fiscais», como recorda a nota da SIP do CC. Em 77/78 foram atendidos apenas 60 por cento dos pedidos de apoio...

Quem pode pagar 1300\$00 por um passe escolar, como acontece no concelho do Montijo? Quem pode pagar diariamente 25\$00 por fracas refeições (almoços) nas cantinas escolares? Será que as crianças e os respectivos familiares terão que carregar o fardo da política de Cardia e de Mota Pinto? «Quem sabe se as verbas agora desviadas do ensino público não se destinava a engordar as verbas do ensino particular?», como interroga a UEC. Quem responde?

A direita mostra o que faria se ganhasse as eleições

• As provas têm-nas os trabalhadores

As forças reaccionárias, tanto económicas como políticas, desentranham-se, em conjunto, numa série de manobras e atitudes desestabilizadoras neste período pré-eleitoral. Um dos seus objectivos — os objectivos da CIP / CAP / COP, representadas no plano político pela aliança reaccionária PPD / CDS / PPM — é o incitamento a uma prática que tentam generalizar e se resume ao desrespeito pela Constituição no campo económico e pelos direitos, liberdades e garantias reconhecidos aos trabalhadores pela Lei fundamental do País.

Um matutino fascizante, com a linguagem provocatória que lhe é habitual, lança um «Manifesto em Defesa da Iniciativa Privada». Nenhum mal daí viria, nada haveria a criticar, se realmente dessa defesa se tratasse. Mas não é o que acontece. O objectivo do jornal é, manifestamente, acirrar ódios e pôr em causa a base económica do regime. E os processos não variam. Agitando fantasmas para os atacar, o «Manifesto» chama à cruzada anticomu-

nista a «sua» iniciativa privada e procura aliciar os pequenos e médios comerciantes e industriais para o projecto da direita que tem sido a causá directa e flagrante das grandes dificuldades que afectam e tentam conduzir à ruína um número cada vez maior de pequenas e médias empresas no nosso país.

Enquanto o porta-voz da CIP / CAP / COP lança o «Manifesto», um grupo de construtores civis anticomunistas, seguindo pelo mesmo caminho e disposto a atingir os mesmos fins — os da aliança reaccionária — pede a privatização da Banca, exige a instituição da Banca privada.

A batuta PPD / CDS / PPM rege sempre a mesma música. Enquanto ataca as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão e as outras conquistas económicas, que são o fundamento do regime democrático, mostra como fará se ganhar as eleições: despedirá ainda mais e com todo o à-vontade; encerrará as empresas que quiser, sem contemplações pelos postos de

trabalho; cumprirá a contratação colectiva, quando lhe aprouver; aumentará os salários, se assim o entender.

Mas para isso, realmente, a aliança reaccionária e os seus suportes económicos precisam de acabar com o regime democrático consagrado na Constituição. Precisam de desorganizar e destruir as estruturas representativas dos trabalhadores nas empresas. Precisam de instalar a repressão sistemática onde havia diálogo e negociação. Necessitam da força ao seu serviço exclusivo. Querem, afinal, reinstaurar o privilégio fascista com o bem conhecido preço do «quero, posso e mando» em proveito dos grupos monopolistas do grande capital financeiro, que por aí se agitam ao cheiro das eleições.

Os trabalhadores saberão responder

A direita mostra bem o que faria, se ganhasse as eleições. O Governo Mota Pinto / PPD / CDS

foi o exemplo (o último em data) de uma governação de três anos contra os direitos, interesses fundamentais, liberdades e garantias das classes trabalhadoras, com os reflexos que se sabe nas camadas médias da população. Por isso, os trabalhadores reclamam, com tanta força e decisão, que sejam corrigidas todas as situações ilegais, arbitrárias e antidemocráticas herdadas do executivo de Mota Pinto. Por isso, ainda no último sábado, na Voz do Operário, em Lisboa, à semelhança do que vai sucedendo por todo o País, dirigentes e delegados sindicais e membros da CTS, representando 34 Sindicatos e 229 empresas, convidaram os trabalhadores, como fizera na semana passada a CGTP-IN, a darem os seus votos, nos próximos actos eleitorais, às «listas de candidatos que mais garantias dêem de defender intransigentemente os seus direitos e interesses».

E contra o que tenta fazer crer a aliança reaccionária, essa defesa

não vai contra os direitos e interesses da iniciativa privada.

Vai, isso sim, contra a «iniciativa privada» de padrões irresponsáveis e reconhecimento culpados de sabotagem; vai contra os maneios do patronato desse tipo que, em troca das empresas recuperadas pelos trabalhadores oferece, com a desintenção à Mota Pinto, a destruição acelerada de milhares de postos de trabalho.

As manobras e atitudes desestabilizadoras das forças reaccionárias neste período pré-eleitoral não devem enganar nenhum homem, nenhuma mulher, nenhum jovem que vivam do seu trabalho. As dificuldades e tantas vezes a ruína das pequenas e médias empresas, que tão elevada percentagem de trabalhadores empregam, não se devem ao 25 de Abril, à Constituição da República, ao regime democrático. Devem-se, pelo contrário, aos inimigos desse regime que o querem destruir para que não fique nenhum vestígio das conquistas e da esperança que a derrota do fascismo trouxe ao Povo português.

Nas Louças de Sacavém Paralisações em unidade por direitos essenciais

Os trabalhadores da Fábrica de Louça de Sacavém, apoiados pelos seus organismos representativos (CT e delegados sindicais) decidiram entrar em greve, por períodos diários de 4 horas, para fazerem valer o seu direito à aplicação do CCT Vertical do barro branco, aprovado em 1 de Junho findo. Com forte unidade (98% de adesões na primeira paralisação durante a manhã de anteontem) os trabalhadores reivindicam ainda a liquidação dos retroactivos de 1976 e o pagamento total dos salários no princípio de cada mês e não em 2 prestações como vem sucedendo desde Março do ano corrente.

Mais de mil trabalhadores cumpriram o primeiro período de paralisação, na última terça-feira de manhã. Conscientes

da razão que lhes assiste, e fortalecidos pela unidade, vão prosseguir as paralisações hoje de tarde, no dia 30 no mesmo período e no dia seguinte de manhã, a fim de obterem o que é legal e justo e que, até agora, não conseguiram por outros meios.

Decidido democraticamente, o recurso a 4 paralisações de 4 horas por dia deve ser suficiente para levar a administração da empresa a cumprir o Contrato Colectivo de Trabalho e a satisfazer as restantes reivindicações que são justas e legais.

De outro modo, a luta prosseguirá depois de previamente aprovada a forma a adoptar. Nesse sentido, foi marcado para 5 de Novembro próximo um plenário geral de trabalhadores.



Viabilidade e relançamento — perspectivas realistas para a MDF

Em conferência de imprensa, a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira (Tramagal, Porto e Lisboa) reafirmou, ontem, uma verdade confirmada: a viabilidade económica da empresa com todos os seus postos de trabalho. A necessidade de o Governo actual continuar, sem mais demoras, para o relançamento de um complexo fabril dos mais importantes do País, a fim de se criarem urgentemente as condições para cumprir uma carteira de encomendas volumosa e uma estimativa de vendas para 1980 no total de 2014 mil contos (70% para exportação), foi repetidamente assinalada no encontro com os jornalistas, que proporcionou um relato esclarecedor sobre as perspectivas dessa grande empresa intervencionada desde Dezembro de 1974 e que, alvo de ataques inqualificáveis, sobretudo da parte do III e IV governos (Nobre da Costa e Mota Pinto), devido à unidade e ao esforço dos 2500 trabalhadores que emprega, continua a manter a capacidade de contribuir decisivamente para o progresso económico do País.

ano 47 • série IV • N.º 52 sumário

- A Conferência Nacional
- Da intervenção do camarada Alvaro Cunhal
- Sobre as candidaturas do PCP às eleições intercalares
- Sobre a campanha eleitoral para as eleições intercalares
- Sobre as próximas eleições para as autarquias
- Um grande esforço para concorrer por todo o lado às eleições para as autarquias
- Nomear os delegados das listas de candidatos — Uma exigência democrática e uma tarefa urgente e necessária
- O voto dos emigrantes
- Aproveitemos o trabalho eleitoral para fortalecer a organização
- Conclusões de uma reunião de quadros da Direcção Regional do Alentejo (DORA)
- Proclamação do PCP — Para a vitória democrática nas eleições para a Assembleia da República
- Declaração de princípios do PCP — A vitória da APU nas eleições autárquicas para a defesa dos interesses das populações

O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PARA A VITÓRIA DEMOCRÁTICA
com o PCP com Portugal de Abril
VOTA na APU
POVO UNIDO

A direcção principal da luta pela defesa e consolidação das CTs

A defesa dos organismos representativos dos trabalhadores nas empresas (ORTs), com destaque para as CTs, cuja regulamentação passou a depender da Lei 46/79, de 12 de Setembro, tem sido objecto de várias iniciativas e tomadas de posição do Movimento Sindical Unitário e de outras estruturas criadas pelas próprias CTs, especialmente as Cintas Industriais de Lisboa e de Setúbal. A preocupação central, que deriva sempre da defesa intransigente das CTs e de todos os ORTs, tendo em vista o aperfeiçoamento e a eficácia do controlo de gestão, liga-se predominantemente aos interesses, direitos, liberdades e garantias constitucionais dos trabalhadores e ao progresso da economia nacional, determinando como direcção principal da luta, no momento actual, a acção a todos os níveis pela salvaguarda e consolidação das estruturas já existentes (sobretudo as Comissões de Trabalhadores, a que se refere especificamente a Lei 46/79)

e das atribuições que elas efectivamente exercem.

A CGTP-IN, que acaba de distribuir um extenso e documentado esclarecimento sobre a regulamentação das CTs, chama a atenção sobre a atitude a tomar perante a entrada em vigor, da Lei 46/79. «Sem prejuízo da autonomia recíproca entre elas (CTs) e do Movimento Sindical», como por mais de uma vez sublinha, a CGTP-IN acentua de modo particular o seguinte:

Centrar, exclusiva ou predominantemente, a luta dos trabalhadores no objectivo da revogação da Lei (46/79), além de contribuir para gerar expectativas que a actual correlação de forças no aparelho de Estado não consente, seria um caminho para o enfraquecimento das Comissões de Trabalhadores existentes e a anulação do papel importante que elas já desempenham.

Para «fornecer aos trabalhadores e às suas organizações, nomeadamente às CTs e respectivas Comissões Coordenadoras, os esclarecimentos, informações

e meios de trabalho indispensáveis para serem levadas à cabo, com êxito, as tarefas imediatas, suscitadas pela recente entrada em vigor da Lei 46/79», a CGTP-IN publicou e distribuiu aquele documento que atribui relevo especial aos prazos a cumprir para a aprovação de novos estatutos (90 dias que terminam em 17 de Dezembro próximo); convocatória da votação para aprovar novos estatutos (antecedência mínima de 15 dias); eleição de novas CTs (60 dias depois da aprovação dos estatutos); e primeira eleição dos representantes dos trabalhadores nos «órgãos de gestão» (o prazo termina em 16 de Novembro próximo).

Sem pôr de parte a denúncia da inconstitucionalidade da Lei 46/79 e a luta pela sua revogação — denúncia e luta que devem aliar-se a um real desenvolvimento da organização e implantação das CTs e Coordenadoras e da sua intervenção prática na vida das empresas e sectores, — a CGTP-IN, através do citado documento, aponta seis objectivos para

a acção que resumiremos no seu enunciado principal:

- 1.º — Impedir que, em consequência da entrada em vigor da Lei 46/79, sejam legalizadas as Comissões de Trabalhadores já existentes.
- 2.º — Assegurar que, apesar do figurino único e autoritário da Lei e da deformada perspectiva que ela permite quanto à natureza das CTs e do controlo de gestão, não sejam restringidas as possibilidades do seu desenvolvimento, do reforço da intervenção democrática dos trabalhadores na vida da empresa e da defesa do carácter de classe das CTs e das suas atribuições.
- 3.º — Explorar, desde já, as novas possibilidades abertas pela Lei — aquelas que se traduzem num efectivo alargamento dos direitos dos trabalhadores.
- 4.º — Exercer, desde já e no futuro, todas as atribuições e direitos que a Lei reconhece às Comissões de Trabalhadores e Coordenadoras já existentes.
- 5.º — Manter todos os direitos e sectores, — a CGTP-IN, com base em leis (por exemplo, os estatutos das empresas

públicas), e em acordos de empresa ou na prática institucionalizada, desde que não contrariem normas imperativas (de alcance proibitivo ou limitativo) da nova Lei.

- 6.º — Retomar imediatamente o exercício das funções das CTs da Função Pública, agora expressamente salvaguardadas pela Lei 46/79, sempre e onde quer que a Resolução Mota Pinto n.º 10/79, de 15 de Janeiro, tenha dado lugar à respectiva paralisação.

Perante a ofensiva global do patronato reaccionário contra os organismos representativos dos trabalhadores nas empresas e sectores (ORTs), nunca é demais insistir no que os aspectos positivos da Lei 46/79 podem e devem representar na luta pelo que a Constituição determina, especialmente no seu Artigo 55.º, acerca da intervenção democrática dos trabalhadores na vida da empresa para defenderem os seus interesses, para o reforço da sua unidade e para a consolidação da democracia a caminho do socialismo.

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 49 — Série VII — N.º 301
25 de Outubro de 1979

Jornal
de parede

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



HÁ TRÊS ANOS QUE PORTUGAL É GOVERNADO

COM UMA POLÍTICA DA DIREITA

Os resultados estão à vista!

As forças de direita proclamam em todos os tons face às próximas eleições que se propõem governar Portugal para alterar a situação em que o País se encontra e **pela qual afirmam não serem responsáveis.**

Nada de mais falso! A verdade é que a política seguida em Portugal nos últimos três anos pelos I, II, III e IV Governos Constitucionais é na verdade a política da direita, sempre executada com o apoio dos partidos da direita e em muitos casos (governos Nobre da Costa e especialmente Mota Pinto) posta em prática por homens de direita instalados no governo.

quatro governos, que conduziram a economia

pelo Conselho da Revolução).
● Como consequência da política do governo PS sozinho aliado de facto à direita — em 1977 o défice da balança de transacções foi duas vezes e meia superior ao previsto no

II Governo, o governo PS/CDS

● Assinou acordos com o FMI aceitando as imposições do imperialismo: desvalorização do escudo, aumento da taxa de desconto do Banco de Portugal, contenção e contingentação do crédito, diminuição das despesas com o comércio exterior.
● Continuou a política dos

Orçamento Geral do Estado e no próprio Plano do Governo — aumentou a inflação — aumentou a dívida externa — aumentou o desemprego — agravou-se a dependência em relação ao estrangeiro

● Arquivou numerosos processos contra sabotadores da economia
● Entregou aos antigos patrões a Torralta, a Grão-Pará, Xavier de Lima, Habitat
● Estabeleceu acordos secretos e ilegais com o Pão e melão
● Legislou o agravamento

IV Governo, o governo Mota Pinto/PPD/CDS

Pondo em prática a política do PPD e do CDS, o governo Mota Pinto desenvolveu durante 251 dias a mais nefasta actividade governativa que o povo português conheceu desde o 25 de Abril:

● Usurpou competências da Assembleia da República legislando ilegalmente sobre baldios (violando os interesses das populações), sobre rendas (contra os interesses de todo o povo), assinou tratados internacionais interessando ao país.
● Aprovou os decretos sobre as sociedades de

● Silenciou e encobriu casos de corrupção no MAP

● Procedeu ao maior número de devoluções de empresas ao patronato sabotador registado até então

● Autorizou a emissão de um empréstimo de 100 milhões de títulos do Estado para indemnizações aos grandes capitalistas e agrários

● Desencadeou a mais terrorista das ofensivas levadas a efeito nos órgãos de comunicação social instalando em lugares-chave

A VITÓRIA DEMOCRÁTICA É NECESSÁRIA

E

POSSÍVEL

Três resultados fundamentais

governo.
E há um breve resumo de quatro governos que conduziram a economia portuguesa à situação em que se encontra, para verificar que a sua acção foi a que defende a direita e não a que interessa aos trabalhadores e ao povo português:

I Governo, o governo do PS sozinho aliado de facto à direita:

- Aprovou em Fevereiro de 1977, com o apoio entusiástico do PPD e do CDS e de acordo com as imposições do FMI, o 1.º pacote (conjunto de medidas económicas e financeiras visando a redução drástica dos salários reais, a discriminação do sector público em matéria de preços, créditos e investimentos estabelecendo ao mesmo tempo novas protecções, estímulos e apoios às grandes empresas capitalistas).

- Encetou os contactos para a integração de Portugal do Mercado Comum (que contraria frontalmente as necessidades da economia portuguesa), grande operação política que visa ajudar a impor a destruição das grandes transformações estruturais operadas desde o 25 de Abril.

- Propôs à Assembleia da República medidas legislativas tendentes à restrição dos direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores (direito à greve, comissões de trabalhadores, direito ao emprego) e fazendo votar (sempre com o apoio do PPD e do CDS) a contra-revolução legislativa (lei da delimitação do sector público e privado, lei Barreto, lei dos senhorios ricos do PPD, decreto sobre as Comissões de Trabalhadores – declarado inconstitucional pelo Conselho da Revolução; lei das indemnizações aos monopolistas e latifundiários, e o código de investimentos estrangeiros abrindo as portas às multinacionais. Aprovou um conjunto de diplomas que visavam a declaração das empresas em situação difícil para facilitar despedimentos e o não cumprimento dos Contratos Colectivos de Trabalho em vigor; a contenção dos salários; a limitação da liberdade da contratação colectiva; a fixação de contratos a prazo; a liberalização dos despedimentos; a alteração do sistema de cobrança das quotas sindicais (declarado inconstitucional

diminuição das despesas
● Continuou a política dos pacotes com
– congelamento de salários
– aumento dos preços
– aumento do número de desempregados

- Concedeu créditos preferenciais às empresas capitalistas

III Governo, o governo Nobre da Costa

- Depois de ser rejeitado o programa na Assembleia da República, insistiu ilegalmente na sua aplicação e
– entregou aos antigos patrões a Real Vinícola, Real Companhia Velha, ECA, Pão de Açúcar, Transformadora Papéis Vouga, Manuel Pereira Roldão, Plano, Solnave, Algarve Sol, Quarteira Sol, Abel Alves de Figueiredo, etc.

- prosseguiu a ofensiva contra a Reforma Agrária entregando numerosas reservas ilegais e recorrendo à GNR que espanca dezenas de trabalhadores no Alentejo

- Recusou-se a desbloquear as condições de acesso ao crédito por parte das Cooperativas de Habitação

- Recusa financiamentos a empresas públicas

- Recusou-se a adoptar medidas necessárias a pôr cobro à paralisação da frota pesqueira

- Aumentou o preço dos combustíveis, adubos e transportes aéreos

- Extinguiu o Serviço de

Estabeleceu acordos secretos e ilegais com o Pão de Açúcar
● Legislou o agravamento dos impostos para 1978
● Iniciou a ofensiva contra a Reforma Agrária com a aplicação da lei Barreto
● Fez aprovar na AR pelo PS, PPD e CDS nova peça da contra-revolução legislativa: a legislação de entrega de empresas em autogestão

Abastecimento de Peixe ao País

- Paralisou o empreendimento do Alqueva

o povo), assinou tratados internacionais interessando ao
● Aprovou os decretos sobre as «sociedades de investimento», forma de abrir as portas a novos estabelecimentos bancários privados interditos pela Constituição

- Ignorou sentenças dos tribunais que deram como nulas decisões do governo, nomeadamente no que se refere à ofensiva contra a Reforma Agrária

- Desencadeou a maior onda de violência, agressões, ilegalidades e arbitrariedades no Alentejo, provocando centenas de feridos, milhares de contos de roubos às UCPs e cooperativas, destruição de culturas, etc.

comunicação social estatizada, sancionando instalando em lugares-chave conhecidas figuras da direita mais reaccionária e impondo uma verdadeira censura e um ambiente de terror

- Tentou sabotar por todas as formas a aplicação da Lei das Finanças Locais

- Retirou numerosos produtos do «cabaz de compras» e determinou aumentos de preços generalizados

- Em apoio do patronato reaccionário, dezenas de vezes, lançou as forças militarizadas sobre trabalhadores em luta pelos seus direitos.

fundamental a atingir com o voto POVO UNIDO

Para que a vitória da democracia seja um facto nas próximas eleições, para que o Portugal de Abril seja defendido e o futuro do Povo e da Pátria seja garantido, é necessário alcançar três resultados:

1.º Derrotar a reacção, mantendo em minoria o PSD/PPD, o CDS e seus acólitos;

2.º Eleger uma maioria democrática, designadamente de comunistas e socialistas;

3.º Aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP, condição indispensável para se alcançar uma alternativa democrática.



O PROGRAMA DA ALIANÇA REACCIÓNÁRIA

PPD, CDS, PPM, «reformadores» e outros reaccionários avulsos encostados na aliança reaccionária estão quase, quase a publicar o seu programa para as próximas eleições. Estão a «debatê-lo», a «ultimá-lo» – enfim, um certo suspense...

Inútil! É desde já possível divulgar os principais pontos de tal programa! E não se trata de ocultas «fontes de informação»: cinquenta anos de fascismo, três anos de política de direita, oito meses de governo Mota Pinto, declarações e discursos já elucidaram toda a gente sobre os objectivos da reacção!

A aliança reaccionária ameaça Portugal com o seguinte programa de governo:

- revisão inconstitucional da Constituição (eventualmente pela imposição do referendo), dela retirando o seu carácter democrático e progressista;

- revisão da lei eleitoral, introduzindo o voto obrigatório e acabando com o sistema de representação proporcional inseparável do nosso sistema democrático;

- liquidação da Reforma Agrária, entrega de terras aos agrários, destruição das UCPs e cooperativas;

- entrega aos capitalistas das empresas nacionalizadas lucrativas, autorização inconstitucional da criação de bancos privados, estrangulamento do sector público e sua limitação a sectores não rentáveis para o capital privado mas que deles terá necessidade;

- submissão às imposições do FMI, integração no Mercado Comum, alinhamento incondicional com a NATO e a sua política agressiva;

- aumento de preços, congelamento de salários, degradação do nível de vida dos trabalhadores, aumento do desemprego;

- limitação e liquidação das liberdades democráticas;
- imposição de critérios retrógrados, obscurantistas e elitistas na cultura e na educação;

- medidas contra a comunicação social estatizada, seu controlo pelo governo e apoio aos meios privados e de direita;

- criação de um «serviço de informações», ou seja, uma nova polícia política.

Segundo parece, para a semana a aliança da direita já terá divulgado o seu programa! Então se verá como bate certo isto que o Povo português não quer e que a direita irá propor!

É essencial a participação do PCP no futuro Governo

A formação de uma maioria democrática efectiva e a formação nessa base de um governo democrático são os grandes objectivos políticos das próximas eleições.

Uma viragem democrática não consiste apenas numa maioria democrática mas na

formação de um governo democrático com uma política democrática.

Um governo democrático exige uma composição política que dê garantias de realização do programa.

A realidade portuguesa e a experiência mostram que, para que possa ser definida, adoptada,

aprovada e realizada uma política democrática – a participação do PCP no governo é essencial.

Essencial porque só com os trabalhadores se podem resolver os grandes problemas nacionais. Essencial porque o PCP apresenta soluções válidas e tem como já mostrou uma capacidade de organiza-

ção, de realização, e de mobilização únicas no nosso País. Essencial porque os deputados comunistas já provaram na Assembleia e os ministros comunistas já o provaram no governo defenderem sempre consequentemente os interesses populares e as conquistas de Abril. Essencial porque o PCP

é a única força política que, apoiada no povo e ao serviço do povo, se mostra capaz de resolver os grandes problemas nacionais.

A participação do PCP no governo deve tornar-se uma reclamação popular e nacional. Uma grande votação na APU confirmará uma tal reclamação.

Encontro Regional do Porto para a vitória democrática

O Encontro Regional do Porto para a Vitória Democrática realizou-se, no sábado passado, no Cine-Teatro de Gaia, com a participação de 976 delegados e de meia centena de convidados.

Ao longo das cerca de oito horas do Encontro, tomaram a palavra perto de 50 delegados e os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão

Política do CC e presidente do Grupo Parlamentar, e Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC.

Num ambiente caracterizado pelo entusiasmo e confiança, demonstrado ao longo dos trabalhos, foram aprovadas por unanimidade conclusões sobre as eleições intercalares para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais.

Angelo Veloso «Dar expressão eleitoral à força do Partido»

«A campanha eleitoral da APU tem de se inserir e entrelaçar com a luta e nas reivindicações de todos os trabalhadores e de todas as camadas populares. (...) Nas autarquias e na Assembleia da República, os eleitos da APU serão os autênticos representantes de todas as lutas populares e democráticas, travadas nestes três anos de resistência à ofensiva de recuperação capitalista.

«Há três anos era possível uma discussão teórica em torno desta questão. Hoje já não o é. Ao fim de três anos de funcionamento das autarquias eleitas, a experiência histórica demonstra a importância decisiva e essencial da APU na defesa dos interesses locais. (...) Mesmo em autarquias onde a APU não teve eleitos, o funcionamento de Comissões locais da APU, atentas aos problemas locais, em estreita ligação com o movimento de moradores e com as populações, exercem uma enorme pressão sobre os órgãos autárquicos, ou impedem abusos do poder ou desvios de verbas, apresentam soluções para os problemas locais, e criam condições para futuras vitórias da APU.»

«Assim iniciou a sua intervenção no Encontro o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e Presidente do grupo Parlamentar do PCP, acrescentando ser necessário «deitar mão de todas as formas provadas de campanha - comícios, sessões de esclarecimento, festas. Mas há que encontrar formas novas de contacto íntimo, estreito com o povo. O nosso partido tem de transformar-se, camaradas, num exército de esclarecedores. (...) Tem muita importância o porta-a-porta. É um trabalho duro, que exige uma grande preparação e uma grande organização. Exige, também uma grande preparação das ideias que vamos propor, das ideias que vamos levar. O porta-a-porta é feito organizadamente, mas há um outro que é feito espontaneamente, que não é menos importante. Cada um de nós deve sentir-se determinado para agir todos os dias, em todos os momentos, como um esclarecedor, para ganhar mais um voto, para ganhar mais votos para a APU.»

«Para Ângelo Veloso, «o PS pretende colocar a questão da utilidade do voto autárquico apenas no terreno que lhe convém que é o das presidências, como se os órgãos autárquicos fossem apenas a presidência. É uma maneira torcida de colocar o problema. É evidente que o problema da presidência tem importância. Mas a experiência também demonstra que não é um problema decisivo, nem é o único problema.

«Muito mais importante do que o PS estar ou não na Presidência da Câmara ou da freguesia, foi o papel e a acção dos eleitos da APU, muitas vezes contrária à dos tais presidentes do PS, para a defesa dos interesses das populações e dos trabalhadores. Poderíamos dar centenas de exemplos que comprovam esta afirmação. Foram aqui dados em numerosas intervenções.

Carlos Brito: «Um exército de esclarecedores»

«A Conferência Nacional do Partido definiu a linha política geral para a campanha. Neste Encontro ides determinar as formas concretas para a levar à prática, aqui, nas condições particulares do distrito do Porto. Apuradas as ideias, definida a orientação, encontradas as formas de as concretizar, há que ir para as massas. Penetrá-las

na expulsão violenta e injusta de famílias de rendeiros; na falta de apoio técnico ao agricultor e entrega dos serviços regionais do MAP para a campanha. Neste Encontro ides determinar as formas concretas para a levar à prática, aqui, nas condições particulares do distrito do Porto. Apuradas as ideias, definida a orientação, encontradas as formas de as concretizar, há que ir para as massas. Penetrá-las

na expulsão violenta e injusta de famílias de rendeiros; na falta de apoio técnico ao agricultor e entrega dos serviços regionais do MAP para a campanha. Neste Encontro ides determinar as formas concretas para a levar à prática, aqui, nas condições particulares do distrito do Porto. Apuradas as ideias, definida a orientação, encontradas as formas de as concretizar, há que ir para as massas. Penetrá-las

na expulsão violenta e injusta de famílias de rendeiros; na falta de apoio técnico ao agricultor e entrega dos serviços regionais do MAP para a campanha. Neste Encontro ides determinar as formas concretas para a levar à prática, aqui, nas condições particulares do distrito do Porto. Apuradas as ideias, definida a orientação, encontradas as formas de as concretizar, há que ir para as massas. Penetrá-las

na expulsão violenta e injusta de famílias de rendeiros; na falta de apoio técnico ao agricultor e entrega dos serviços regionais do MAP para a campanha. Neste Encontro ides determinar as formas concretas para a levar à prática, aqui, nas condições particulares do distrito do Porto. Apuradas as ideias, definida a orientação, encontradas as formas de as concretizar, há que ir para as massas. Penetrá-las



Intervenções • Intervenções

Eleições intercalares

43 candidatos com profundas raízes nos trabalhadores e nas massas

«...» «Dos 43 candidatos, 22 são operários e empregados, 18 intelectuais e três vários (um agricultor, um comerciante e um estudante. ...» «Dos 20 aos 30 anos, são cinco candidatos; dos 30 aos 50, 28; com mais de 50 anos, há dez. Há sete mulheres, dois jovens (um, da UEC e outro da UJC na lista-...» «Vários candidatos pertencem a importantes empresas: EFACEC, DESCO, PADOURO, METALÚRGICA DA LONGRA, SOARES DA COSTA, EDP, STCP, Bosch & Beylina, BESSL, Serviços Médico-Sociais. Há dirigentes e ex-dirigentes sindicais, que estiveram à frente de importantes lutas, bem conhecidos dos trabalhadores (Edgar Maciel Correia — membro do CC e da DORP, candidato a deputados, três advogados, três professores

Os oito partidos que concorrem no Porto

«...» «A deslocação de votos para a esquerda e o desencanto da parte da base eleitoral do PPD e do CDS são hoje uma importante realidade no distrito do Porto. (...) A política do PPD e do CDS, de que é uma expressão recente, bem viva, o go-

Intensa acção dos deputados do Partido

«...» «A actividade dos deputados comunistas está longe de poder medir-se só pelas suas intervenções no parlamento da ordem do dia, pelos seus requerimentos ao governo, pelos projectos-lei que apresentam. «Está longe ainda de

Mulheres do Porto terão uma deputada do PCP

«...» «O 25 de Abril trouxe consigo grandes benefícios para as mulheres, estipulados na Constituição e no novo Código Civil. Só a política a nível popular dos sucessivos governos tem impedido que esses benefícios sejam sentidos por aqueles que mais lucraram com as transformações apontadas. (...) «As mulheres do Porto vão ter uma deputada do PCP na AR. A eleição de uma mulher

Situação Social

«...» «No nosso distrito as incidências da política de recuperação capitalista são particularmente graves. (...) Tem sido particularmente velloz a subida dos preços no consumidor. Em actividades predominantes como os têxteis, as madeiras, a construção civil, as conservas praticam-se salários particularmente baixos. Basta dizer que a recente actualização do salário mínimo veio abranger a maioria dos trabalhadores destes sectores. (...) Os 20 000 trabalhadores das madeiras não vêem o seu CCT

Recuperação capitalista

«...» «A política de recuperação capitalista foi largamente sentida pelos trabalhadores e pequenos e médios empresários, sendo particularmente acentuada durante o governo M.P./PPD/CDS. (...) «Embora seja mais conhecida a acção dos homens do BFA (...) também no BBI, Sotto Mayor e outros estão em lugares de direcção do PPD e do CDS que, com a cobertura envergada de elementos do PS, actuam no sentido de favorecer a recuperação capitalista. Os casos da SONAE e NOVAP e dos Vinhos Borges são disso exemplos claros (...)

Repressão patronal

«...» «Os trabalhadores do Jacinto, da Real Vinícola, da Cifa, da Uniceca, da Alumina, da Ambar, da Triplix e de tantas outras conhecem bem o que tem sido a repressão patronal e o apoio do aparelho de Estado com o envolvimento crescente das forças da ordem em conflitos de trabalho durante o governo fascizante do PPD/CDS presidido por Mota Pinto. (...) Na Jacinto lutámos contra a polícia patronal, a polícia privada Fidelis e os seus espe-

Desemprego

«...» «Desde 1977, todos os meses, mais de 1200 trabalhadores vítimas de despedimentos inscrevem-se na delegação do Porto da SEPE como candidatos a um posto de trabalho. Nos campos, muitos trabalhadores não remunerados constituem uma forma camuflada de desemprego. (...) Atrás dos números citados, estão os despedimentos colectivos como os dos 300 trabalhadores da Oriental, (...) e os despedimentos selectivos visando sobretudo membros das C.T.s., delegados e dirigentes sindicais como na

Eleições para as autarquias

APU presente nas 17 Câmaras e 382 AFs do distrito

«...» «Em 1976, o Povo Unido, apesar de ter concorrido a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do nosso distrito, apenas concorreu a 187 Assembleias de Freguesia, apoiando ainda 34 listas de cidadãos eleitores. «Este ano, a APU estará presente em toda a parte. Concorrerá não apenas às 17 Câmaras e Assembleias Municipais, mas também a todas as 382 Assembleias de Freguesia do distrito. (...) «A APU representa uma unidade que ultrapassa o âmbito da coligação PCP/MDP, que lhe deu origem. (...) As listas já constituídas, que têm comunistas como seu principal motor, apresentam uma média de 60% de elementos não filiados no Partido, sendo esta percentagem ainda mais significativa em alguns concelhos e freguesias, onde o número de candidatos a apresentar é — só por si — superior ao número de militantes que — localmente — constituem a organização do Partido. (...) (Das conclusões do Encontro)

Os «frutos» da Aliança PS/PPD/CDS na Câmara do Porto

«...» «Do entendimento do PS com a direita, na Câmara do Porto, resultou: a nomeação de vereadores em regime de permanência, com bases em critérios políticos; o envio de uma APU de grande número de problemas e de importantes acções e decisões; a portaria fascista; o desprezo pelo voto das populações, como no

Intenso trabalho de contactos

«...» «Pesem embora as debilidades da organização do Partido, tem sido possível desenvolver um intenso trabalho de contactos e de elaboração de listas Povo Unido. (...) «Não calculais a emoção com que temos assistido ao bom acolhimento que nos têm dispensado nas várias aldeias onde nos temos

Menos um milhão e quinhentos e sessenta e oito mil contos

«...» «Ao imporem na votação final da Lei da Orçamento Geral do Estado — contra o voto do nosso Partido — uma aplicação parcial da Lei das Finanças Locais o PS, o PPD e o CDS privaram as autarquias locais de muitos milhares de contos. Assim e para dar um exemplo, recordarei que o nosso distrito viu as suas disponibilidades financeiras reduzidas em 1979 de um milhão e quinhentos e sessenta

Contra a degradação do sector das madeiras

«...» «Neste sector, no distrito do Porto trabalham cerca de 200 000 trabalhadores, divididos por cerca de duas mil empresas. É indispensável impedir uma maior degradação do sector para o que se deve ter em conta a necessidade do apoio financeiro do Governo às empresas que estão em dificuldades; o fomento da exportação do mobiliário de Estão; o de linhas direitas não está em condições de competir no mercado internacional; sensibilizar os pequenos industriais no

Contra a degradação do sector das madeiras

«...» «Neste sector, no distrito do Porto trabalham cerca de 200 000 trabalhadores, divididos por cerca de duas mil empresas. É indispensável impedir uma maior degradação do sector para o que se deve ter em conta a necessidade do apoio financeiro do Governo às empresas que estão em dificuldades; o fomento da exportação do mobiliário de Estão; o de linhas direitas não está em condições de competir no mercado internacional; sensibilizar os pequenos industriais no

Contra a degradação do sector das madeiras

«...» «Neste sector, no distrito do Porto trabalham cerca de 200 000 trabalhadores, divididos por cerca de duas mil empresas. É indispensável impedir uma maior degradação do sector para o que se deve ter em conta a necessidade do apoio financeiro do Governo às empresas que estão em dificuldades; o fomento da exportação do mobiliário de Estão; o de linhas direitas não está em condições de competir no mercado internacional; sensibilizar os pequenos industriais no

Contra a degradação do sector das madeiras

«...» «Neste sector, no distrito do Porto trabalham cerca de 200 000 trabalhadores, divididos por cerca de duas mil empresas. É indispensável impedir uma maior degradação do sector para o que se deve ter em conta a necessidade do apoio financeiro do Governo às empresas que estão em dificuldades; o fomento da exportação do mobiliário de Estão; o de linhas direitas não está em condições de competir no mercado internacional; sensibilizar os pequenos industriais no

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Vencer em S. Pedro da Cova

«...» «Divididos em grupos, candidatos da APU em fim-de-semana para vários lugares e, nas praças, nas ruas, entrando em colectividade, batendo à porta das pessoas, sendo sempre bem recebidos, fizeram levantamento das carências. (...) Ficaram entusiasmados. Foi mais uma iniciativa

Encontro de Militantes da ORL do PCP

Cinco mil comunistas da Organização Regional de Lisboa do PCP reuniram-se no passado domingo no Pavilhão dos Desportos, numa sessão de trabalho destinada a preparar a organização da região de Lisboa para os próximos actos eleitorais.

Foram analisados os temas relativos às eleições intercalares para a Assembleia da

República e para as autarquias locais, bem como questões relativas à propaganda e à organização.

À noite, no mesmo local, realizou-se um comício em que foram apresentados os candidatos da APU pelo distrito de Lisboa e no decorrer do qual usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal.

Fram 14 e 30 do passado domingo quando alguns milhares de militantes do PCP do distrito de Lisboa iniciaram no Pavilhão dos Desportos aquela que tem sido considerada, pelo número de participantes, como a maior reunião de trabalho partidária jamais realizada no nosso país: o Encontro de Militantes da ORL do PCP. Nas bancadas e nas cadeiras alinhadas por todo o ringue, tomaram lugar cerca de cinco mil militantes representando a forte Organização Regional de Lisboa do nosso Partido.

Neste Encontro da ORL do PCP não houve lugar para os convidados, porque se tratou realmente de uma grande reunião de trabalho destinada a fazer o ponto da situação da actividade pré-eleitoral no distrito de Lisboa.

Na Mesa que presidiu aos trabalhos tomaram lugar os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e José Casanova, membro suplente da Comissão Política, todos os membros do Executivo da DORL - camaradas Abílio Martins, António Abreu, António Orçinha, Aboim Inglês, Carlos Pereira, Euclides Pereira, Francisco Lopes, Georgette Ferreira, Hipólito Santos, Manuel Pedro, Maria Cabral, Martins Coelho e Rosa Rabiais - e representantes dos seguintes sectores e organizações: Comité Local de Lisboa, Sectores de Transportes, Público, Sindical, Intelectual e de Informação, Comissões Concelhias de Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agredo, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, e ainda represen-

tantes da SIP da DORL, da UEC e da UJC.

Presidiu à primeira sessão, que decorreu entre as 17 e 30 horas, o camarada Aboim Inglês, do CC e do executivo da DORL que depois de ter declarado abertos os trabalhos expôs os objectivos do Encontro, e pôs à votação o respectivo regulamento, que viria a ser aprovado por unanimidade.

Três intervenções de fundo de membros do Comité Central e da DORL foram de seguida proferidas, na abertura do debate: o camarada Manuel Pedro falou sobre as eleições intercalares; o camarada Manuel Fernandes falou sobre a abertura das candidaturas para as autarquias; e o camarada António Abreu falou sobre questões de propaganda.

Então, e antes de ser dada a palavra aos representantes das diversas organizações da ORL do PCP, interveio o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do CC, que se referiu com particular destaque à abertura da campanha eleitoral no próximo dia 11 de Novembro no distrito de Lisboa.

Aberto o debate, Fernando Mateus, da Comissão da DORL para o trabalho unitário de mulheres, interveio sobre a importância do trabalho entre as mulheres.

Adalberto Ribeiro, do organismo de direcção do Sector Público e candidato à AR, analisou o trabalho entre os trabalhadores da Função Pública.

Leónel Mendonça, da Concelhia de Loures - o segundo concelho do distrito de Lisboa em número de eleitores, com 150 mil - referiu o número de iniciativas programadas no concelho.

José Casimiro, da Concelhia de Alenquer, referiu o trabalho, já desenvolvido e as perspectivas que se abrem neste novo concelho do distrito de Lisboa.

António Orçinha, suplente do CC e do Executivo da DORL, interveio sobre o trabalho entre a classe operária e as massas trabalhadoras.

Carlos Areal, do Executivo Distrital da UJC, salientou a disposição dos jovens comunistas em trabalharem intensamente no âmbito da APU e referiu nomeadamente a realização, no próximo dia 28, de um grande Festival da Juventude.

Zita Seabra, membro do CC, da DORL e candidata à AR, analisou os problemas de organização e salientou a necessidade de em todo o distrito de Lisboa se realizar uma grande campanha política de massas. A este respeito observou ser

de meia-hora, a camarada Maria Vilaverde Cabral, membro do CC e do executivo da DORL e candidata à AR, assumiu a presidência dos trabalhos.

Rui Briso, da Concelhia de Vila Franca, analisou particularmente o trabalho nos organismos populares de base, nomeadamente o âmbito das comissões de moradores.

Beatriz Falcão, do organismo dos reformados em cupês de fundos.

Silva Graça, da Comissão para o Trabalho nas Autarquias Locais e cabeça de lista da APU para a Câmara de Lisboa, analisou que foi o trabalho dos eleitos da APU nas autarquias do distrito de Lisboa: garantia de uma vitória democrática nos próximos actos eleitorais.

Carlos Raposo, da 2.ª Zona do CLL, revelou o entusiasmo com que os militantes da organização estão a encarar o trabalho que se avizinha.

Maria da Luz Palmirina, da Concelhia de Oeiras, referiu alguns dos trabalhos preparatórios com vista às eleições intercalares e para as autarquias que os comunistas deste concelho têm realizado.

Carlos Abreu, da célula da Direcção-Geral dos Desportos, salientou a importância das actividades desportivas no âmbito do período que ora começa e anunciou a realização de um grande encontro de desportistas de apoio à APU, a realizar no dia 3 de Novembro no Clube Atlético de Campo de Ourique.

Aboim Inglês, membro do CC, do Executivo da DORL e candidato à AR, analisou os problemas de organização e salientou a necessidade de em todo o distrito de Lisboa se realizar uma grande campanha política de massas. A este respeito observou ser

indispensável ter uma organização justa e uma organização eficiente.

Elvira Nereu, da DORL e do organismo de direcção do Sector Intelectual, interveio sobre a vital questão dos fundos e apresentou uma proposta, que foi aprovada por maioria (e tendo-se registado apenas duas abstenções), que cada um dos militantes presentes se compromettesse a «passar» quinzentos estudos em cupês de fundos.

Rosária Antunes, da Concelhia de Vila Franca de Xira, do Executivo da DORL, referiu alguns dos trabalhos preparatórios com vista às eleições intercalares e para as autarquias que os comunistas deste concelho têm realizado.

Carlos Abreu, da célula da Direcção-Geral dos Desportos, salientou a importância das actividades desportivas no âmbito do período que ora começa e anunciou a realização de um grande encontro de desportistas de apoio à APU, a realizar no dia 3 de Novembro no Clube Atlético de Campo de Ourique.

Abílio Martins, do organismo de direcção do Sector Público, anunciou a realização de um grande encontro de desportistas de apoio à APU, a realizar no dia 3 de Novembro no Clube Atlético de Campo de Ourique.

António Orçinha, suplente do CC e do Executivo da DORL, interveio sobre o trabalho entre a classe operária e as massas trabalhadoras.

Carlos Areal, do Executivo Distrital da UJC, salientou a disposição dos jovens comunistas em trabalharem intensamente no âmbito da APU e referiu nomeadamente a realização, no próximo dia 28, de um grande Festival da Juventude.

Zita Seabra, membro do CC, da DORL e candidata à AR, analisou os problemas de organização e salientou a necessidade de em todo o distrito de Lisboa se realizar uma grande campanha política de massas. A este respeito observou ser

de igual modo e será nas Portas de Benfica o seu encontro com a organização da 5.ª zona do CLL.

Loures, Mafra e Torres Vedras virão juntar-se na Calçada de Carriche às organizações locais do CLL e aos sectores intelectual e sindical.

Vila Franca de Xira, Azambuja, Sobral, Alenquer, Arruda, Cadaval e Lourinhã juntar-se-ão nos Olivais e Sacavém e Moscavide e zona oriental do CLL.

Finalmente, a organização do sector público e da juventude terão o seu ponto de encontro com as restantes organizações do CLL em Santa Apolónia.

Realizadas estas concentrações nas principais entradas da cidade, os carros alegóricos, bandas, ranchos, grupos corais e caravanas automóveis dirigidas para o local onde partirão para o grandioso desfile do Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, no local para onde se dirigirá o desfile, terá já tido início uma realização de carácter vincadamente popular: o tradicional magusto do dia de São Martinho.

O desfile culminará com o grande e importante comício no qual intervirá o secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Acerca do local em que terá lugar o final do desfile e o comício,

o camarada José Casanova revelou que será o Estádio 1.º de Maio ou na Alameda D. Afonso Henriques, estando a questão apenas dependente de uma decisão da administração do INATEL. Mas, a este respeito, José Casanova acentuou:

«Ao pedido de marcação do Estádio 1.º de Maio feito pelo nosso Partido, a administração do INATEL, sem qualquer justificação, respondeu negativamente, revelando assim mais uma vez a sua verdadeira face. O nosso Partido insistirá, com todos os meios ao seu alcance, designadamente ao abrigo da lei eleitoral, para que o Estádio dos Trabalhadores seja cedido ao Partido dos Trabalhadores.»

E a terminar a sua intervenção, José Casanova sublinhou: «Vamos fazer a maior, a mais bela, a mais alegre, a mais viva e criadora abertura da campanha eleitoral. Vamos fazer o que nenhuma outra força política nacional poderá realizar, porque vamos fazer o desfile dos trabalhadores, que é o desfile do PCP; porque vamos fazer desfilar nas ruas de Lisboa a força organizada dos trabalhadores, a alegria da unidade e da luta, da coragem e da solidariedade, da firmeza e da serenidade, da beleza e da imaginação criadora, da confiança e da liberdade, do amor e da ternura.»

«E no outro passo, diria a lei do camarada Manuel Pedro: «Trabalharemos para assegurar de novo o voto daqueles cerca de 200 mil homens e mulheres que nos confiaram o seu voto nas últimas eleições. Trabalharemos para os levar connosco para acções de esclarecimento a favor da APU. Trabalharemos para trazer para o voto APU aqueles que confiaram o seu voto ao PS, aos esquerdistas da UD e dos GDUP e se viram desiludidos nas suas esperanças. Trabalharemos mesmo junto daqueles que votaram no PSD ou no CDS convencidos de que estavam a votar em partidos democráticos.»

«E foi a cantar «O Povo Unido Jamais Será Vencido» que, aos 20 horas, que os cinco mil militantes comunistas do distrito de Lisboa abandonaram por momentos o Pavilhão dos Desportos, para comermos qualquer coisa nos bares existentes no exterior do recinto, antes da realização do comício que, pouco depois, se iniciava no mesmo local.»

Assim, no distrito de Lisboa existem cerca de um milhão e quinhentos mil eleitores - 21 por cento do total do eleitorado - espalhados por 15 concelhos e 190 freguesias. A cidade de Lisboa concorre para esse número com 650 mil eleitores, os concelhos da zona industrial contam com 100 mil eleitores e os oito concelhos rurais possuem 150 mil eleitores.

Nas anteriores eleições para as autarquias, a cidade de Lisboa obteve o segundo lugar em Lisboa, com 230 mil votos (menos 108 mil que o primeiro, o PS). A este respeito, aliás, Manuel Fernandes salientou o facto de, de 1975 a Dezembro de 1976 a diferença entre a APU e o PS ter baixado de 342 mil para 108 mil votos.

Nessa altura, a então FEPU conquistou a presidência de Câmara - a de Vila Franca de Xira - 21 presidências de Juntas e o segundo lugar em mais nove concelhos do distrito. Dos 2315

lugares para os órgãos de poder local do distrito, a então FEPU conquistou 583 (25,2 por cento), enquanto que o PS obteve 986 (42,6 por cento), o PPD 442 (19,1 por cento), o CDS 264 (11,4 por cento) e os esquerdistas 40 (1,7 por cento).

Nas 183 freguesias existentes em 1976, a então FEPU concorreu em 132, apoiou listas de cidadãos independentes em 23, não se registando qualquer candidatura em outras 28.

Mas o camarada Manuel Fernandes acentuou que, apesar da sua intervenção: «Hoje o distrito de Lisboa tem 190 freguesias e estamos a trabalhar para apresentar candidaturas APU em todos os órgãos autárquicos do distrito. Neste momento, das 51 freguesias em que não se estão a apresentar nas últimas eleições listas FEPU, temos já prontas 47.»

«A propaganda, na recolha de fundos, o maior número possível de pessoas, sejam ou não camarádas.»

Nesta tarefa estarão envolvidas todas as organizações, incluindo as células de empresas e sectores profissionais, os quais já definirão zonas para participarem nas acções gerais de propaganda, como colagens, distribuições, porta-a-porta, etc., para além das iniciativas que realizarão nas próprias empresas.

Na sua intervenção, António Abreu destacou a importância da propaganda impressa, das sessões, dos mini-comícios, das visitas, encontros e convívios com a presença de candidatos, dos porta-a-porta, do recurso às actividades desportivas e culturais, da angariação de fundos, da afiação das páginas

centrais do «Avante!», da difusão do símbolo e sigla da APU.

«A organização»

Carlos Aboim Inglês, referiu o papel destacado que cabe à organização do Partido, acentuando nomeadamente: «Para realizarmos com êxito a tarefa que nos incumbem, precisamos de uma orientação justa e de uma organização eficiente. Temos já uma justa linha política geral definida e objectivos claros a atingir. Agora, o papel decisivo para a vitória cabe à organização e à incomparável força organizada e organizada de dezenas de milhares de comunistas que vivem e lutam na região de Lisboa ligados às massas por milhares de laços, nas fábricas e nos campos, nas empresas, nas escolas, nos bairros das cidades e das aldeias, nos sectores profissionais, em organizações e colectividades de massas.»

Na sua intervenção, o camarada Aboim Inglês apelou para a criação, a todos os níveis de comissões, organismos e gabinetes específicos para as múltiplas tarefas eleitorais, para o desenvolvimento de um amplo trabalho unitário com a criação de comissões de apoio à APU e destacou o papel de que se revestem nesta conjuntura as células de empresa e outros organismos de massas (apontando como exemplo o facto de em 37 grandes empresas com mais de mil trabalhadores trabalharem diariamente 8 horas por dia cerca de 100 mil trabalhadores, havendo entre estes mais de 6 mil comunistas).

E Aboim Inglês findou a sua intervenção sublinhando: «Estamos aqui cinco mil, estão lá fora, nos nossos concelhos e freguesias, fábricas e empresas, escolas e hospitais, mais umas dezenas de milhares de comunistas nossos camaradas, unidos e organizados. Esta força poderosa, agindo com o estilo de trabalho que nos é próprio, é uma força capaz de levar à prática e alcançar a linha política e os objectivos que nos propomos.»

«As autarquias»

«Através da intervenção do camarada Manuel Fernandes preparatório dos trabalhos para as autarquias locais, os participantes no Encontro puderam aperceber-se da importância desse trabalho no distrito de Lisboa, bem como do estado em que esse trabalho presentemente se encontra.»

«Assim, no distrito de Lisboa existem cerca de um milhão e quinhentos mil eleitores - 21 por cento do total do eleitorado - espalhados por 15 concelhos e 190 freguesias. A cidade de Lisboa concorre para esse número com 650 mil eleitores, os concelhos da zona industrial contam com 100 mil eleitores e os oito concelhos rurais possuem 150 mil eleitores.»

Nas anteriores eleições para as autarquias, a cidade de Lisboa obteve o segundo lugar em Lisboa, com 230 mil votos (menos 108 mil que o primeiro, o PS). A este respeito, aliás, Manuel Fernandes salientou o facto de, de 1975 a Dezembro de 1976 a diferença entre a APU e o PS ter baixado de 342 mil para 108 mil votos.

Nessa altura, a então FEPU conquistou a presidência de Câmara - a de Vila Franca de Xira - 21 presidências de Juntas e o segundo lugar em mais nove concelhos do distrito. Dos 2315

lugares para os órgãos de poder local do distrito, a então FEPU conquistou 583 (25,2 por cento), enquanto que o PS obteve 986 (42,6 por cento), o PPD 442 (19,1 por cento), o CDS 264 (11,4 por cento) e os esquerdistas 40 (1,7 por cento).

Nas 183 freguesias existentes em 1976, a então FEPU concorreu em 132, apoiou listas de cidadãos independentes em 23, não se registando qualquer candidatura em outras 28.

Mas o camarada Manuel Fernandes acentuou que, apesar da sua intervenção: «Hoje o distrito de Lisboa tem 190 freguesias e estamos a trabalhar para apresentar candidaturas APU em todos os órgãos autárquicos do distrito. Neste momento, das 51 freguesias em que não se estão a apresentar nas últimas eleições listas FEPU, temos já prontas 47.»

«A propaganda, na recolha de fundos, o maior número possível de pessoas, sejam ou não camarádas.»

No dia 11 deverá ficar claro em todo o lado que o PCP, a APU abriram a sua campanha eleitoral

A intervenção do Encontro no passado domingo do camarada José Casanova iniciou particularmente sobre alguns aspectos da abertura da campanha eleitoral no distrito de Lisboa no próximo dia 11 de Novembro. Disse nomeadamente a este respeito o camarada José Casanova:

«É a nossa intenção abrir a campanha eleitoral no estilo que queremos imprimir a toda a campanha: contacto directo com a população, alegria, confiança, demonstração da nossa capacidade de mobilização e da profunda ligação às massas, do espírito criador e da capacidade de realização e de organização dos comunistas.»

Assim, domingo, dia 11 de Novembro, de manhã, deverá ficar claro em todo o lado que o PCP, a APU, abriram a sua

campanha eleitoral. Em todos os concelhos do distrito de Lisboa far-se-ão largadas de foguetes seguidas de desfile com a participação de ranchos folclóricos, grupos corais, bandas e carros alegóricos.

Estes desfiles dirigir-se-ão depois para a cidade de Lisboa acompanhados por caravanas de automóveis, e encontrar-se-ão às portas da cidade com os carros alegóricos já em desfile pelas ruas da capital.

Cascais e Oeiras, depois de percorrerem as principais zonas de cada um dos concelhos juntar-se-ão em Algés e, com o sector de transportes e zona ocidental do CLL, desfilarão pelas ruas de Lisboa até ao local da concentração para o grande desfile final.

Sintra e Amadora procederão

de igual modo e será nas Portas de Benfica o seu encontro com a organização da 5.ª zona do CLL.

Loures, Mafra e Torres Vedras virão juntar-se na Calçada de Carriche às organizações locais do CLL e aos sectores intelectual e sindical.

Vila Franca de Xira, Azambuja, Sobral, Alenquer, Arruda, Cadaval e Lourinhã juntar-se-ão nos Olivais e Sacavém e Moscavide e zona oriental do CLL.

Finalmente, a organização do sector público e da juventude terão o seu ponto de encontro com as restantes organizações do CLL em Santa Apolónia.

Realizadas estas concentrações nas principais entradas da cidade, os carros alegóricos, bandas, ranchos, grupos corais e caravanas automóveis dirigidas para o local onde partirão para o grandioso desfile do Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, no local para onde se dirigirá o desfile, terá já tido início uma realização de carácter vincadamente popular: o tradicional magusto do dia de São Martinho.

O desfile culminará com o grande e importante comício no qual intervirá o secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Acerca do local em que terá lugar o final do desfile e o comício,



Os candidatos da APU por Lisboa apresentados ao povo da capital

Na tribuna, os cinquenta e seis candidatos efectivos e os cinco candidatos suplentes que a APU apresenta no distrito de Lisboa, na sala milhares de militantes comunistas e outros democratas que estão já a trabalhar para que a APU alcance, no distrito de Lisboa, uma grande votação.

Foi o comício de encerramento do Encontro da Organização Regional de Lisboa do PCP,

realizado na noite do passado domingo no Pavilhão dos Desportos, numa atmosfera de grande entusiasmo.

Presidiu o camarada Francisco Lopes, membro suplente do CC e do executivo da DORL do PCP. Na primeira fila da tribuna tomaram lugar os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC

do PCP, os membros efectivos do Comité Central camaradas Aboim Inglês, Maria Cabral, Rosa Rabiais, Veiga de Oliveira e Zita Seabra, e os membros suplentes do CC camaradas Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa e Manuel Gusmão. Presentes igualmente José Tengarrinha, presidente do MDP/CDE, António Galthodes e Herberto Goulart, vice-presidentes da Comissão

Nacional do MDP/CDE, além de dois destacados vultos da vida cultural portuguesa: Fernando Lopes Graça, músico e escritor, militante do PCP, e José Gomes Ferreira, poeta, e independente proposto pelo PCP na lista da APU pelo círculo de Lisboa.

O camarada Francisco Lopes deu seguidamente a palavra à camarada Henriqueta Maia, actriz e candidata da APU por Lisboa que, na tribuna, leu a lista completa dos candidatos, que a APU apresenta no distrito de Lisboa. Durante que Henriqueta Maia ia lendo o nome de destacados dirigentes do PCP e do MDP, de conhecidos dirigentes operários, de reputados especialistas em diversos domínios, de conhecidas figuras da vida intelectual portuguesa, os milhares de pessoas presentes iam saudando esses nomes, saudando acima de tudo a grande força unitária, única no nosso país, que torna possível a junção na mesma lista eleitoral de personalidades diversas e destacadas, imanadas num mesmo objectivo - lutar e trabalhar para a Vitória Democrática.

A voz dos trabalhadores da juventude, dos democratas

Este comício de apresentação dos candidatos da Aliança Povo Unido pelo círculo de Lisboa comprovou que, em Lisboa como

nos restantes pontos do país, a candidatura APU é a candidatura do Portugal de Abril porque é a candidatura dos trabalhadores que lutaram, lutam e lutarão para defender o Portugal da juventude, dos democratas.

Por isso intervieram neste comício um destacado dirigente operário, uma representante da juventude democrática um dirigente do MDP/CDE e o secretário-geral do PCP, que encerrou a sessão.

O camarada Helder Pinheiro, operário, militante do PCP e dirigente do Sindicato dos Químicos e da respectiva Federação levou ao Pavilhão dos Desportos a voz dos trabalhadores de Abril.

A camarada Rosa Brandão, da Comissão Central da UEC e da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, através da sua intervenção, consubstanciou a afirmação de ser o PCP o Partido da Juventude e de ser o voto na APU o voto certo para defender o futuro da Juventude.

Herberto Goulart, do MDP/CDE, depois de ter saudado os militantes e dirigentes do PCP salientou a dado passo: «Na nossa perspectiva, as vantagens eleitorais imediatas de simplificação e clarificação perante o eleitorado e de melhor coordenação das campanhas que culminam nos actos eleitorais de 2 e de 16 de Dezembro, acrescenta-se

a possibilidade de desenvolvermos um novo processo unitário, principalmente na campanha eleitoral, extensível a muitos outros democratas.»

Nas sua intervenção, o dirigente do MDP/CDE, que se congratulou com o convite feito aquele partido para participação no comício do PCP, evocou a cooperação que sempre existiu entre os dois

partidos, antes e depois do 25 de Abril, referindo particularmente o trabalho de cooperação entre o PCP, o MDP e outros democratas independentes no âmbito das autarquias locais.

Encerrando o comício, usou da palavra o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Comício chegava então ao fim. Do Pavilhão dos Desportos saíram milhares de pessoas, dispostas

a concretizarem a vitória democrática nas próximas eleições. O símbolo da APU, que encimava o pano de fundo da tribuna do comício do Pavilhão, saía também ele cá para fora bem colado ao peito de cada um para, a partir de agora, ir pelas ruas e pelas praças, pelas escolas e pelas fábricas, encher de verdade todos os locais do Portugal de Abril.



As conclusões do Encontro

As Conclusões do Encontro de Militantes da ORL do PCP, aprovadas por unanimidade e aclamadas durante mais de dez minutos pelos cerca de cinco mil militantes presentes no Pavilhão dos Desportos, são o resultado dos trabalhos do Encontro em que intervieram 29 militantes de diversos sectores, que fizeram um balanço da actividade eleitoral do Partido, planificaram o trabalho a desenvolver e analisaram as perspectivas que se abrem na frente eleitoral.

As conclusões constatarem que os grandes objectivos do PCP nas eleições para a Assembleia da República - derrotar a reacção, eleger uma maioria democrática, aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP - são possíveis no distrito de Lisboa onde, em anteriores eleições, o nosso Partido obteve um terço do total de votos obtido pelo PCP em todo o País.

O Encontro decidiu, de acordo com as Conclusões aprovadas, que a abertura da campanha eleitoral no distrito seja uma abertura à altura das grandes iniciativas de massas a que o povo de Lisboa se habituou já a esperar do PCP.

Relativamente às eleições para as autarquias, as Conclusões constatarem o grande êxito que desde já constitui a garantia da APU concorrer nas 15 Câmaras e Assembleias Municipais e nas 190 Freguesias do Distrito, englobando um total de mais de cinco mil candidatos.

As Conclusões afirmam a possibilidade, não só de se confirmar a vitória no Município de Vila Franca de Xira, como também de se conquistarem outras Câmaras até aqui em poder do PS e de se aumentar sensivelmente o número de freguesias a ganhar pela APU.

factor de grande importância na luta pela vitória democrática nas próximas eleições. Muitos milhares de jovens (entre 200 a 300 mil) irão votar pela primeira vez. Devemos trabalhar para que esses jovens votem bem e útil, para que não venham mais tarde a sentir-se defraudados e desiludidos com o seu voto. Isto é, impõe-se que votem APU, votem no Partido da Juventude, no Partido da Esperança e do Futuro.

No próximo dia 28 - prosseguir o camarada Octávio Pato - a juventude comunista da região de Lisboa promove um festival nos relvados de Belém, realização que as organizações da ORL devem apoiar por diversos meios. No dia 10 de Novembro, realizar-se-á o Encontro de Unificação da UJC/UEC. Devemos saudar esse novo passo da juventude, passo que representará certamente um novo impulso na acção de massas da Juventude Comunista e de toda a juventude progressista.

Depois de recordar a importância do voto das mulheres e de ter sublinhado a importância da jornada do dia 11, início da campanha eleitoral, o camarada Octávio Pato afirmou ainda:

«Na campanha que vamos realizar não nos devemos satisfazer em apenas obter mais votos, mas trabalhar para reforçar mais e mais o PCP, procurando atrair ao Partido milhares de novos membros, criar novas células, ou reforçar as células e núcleos existentes nas empresas, nos campos, nas freguesias, etc., trabalhar para reforçar a unidade da classe operária, dos trabalhadores, a unidade do movimento sindical, do campesinato, da juventude, das mulheres, da intelectualidade, e todas as estruturas unitárias, para reforçar a unidade de todos os democratas de esquerda.»

Há razões objectivas para confiarmos num grande sucesso do nosso Partido, da APU, na Região de Lisboa. É necessário, para tanto, que mobilizemos os grandes meios humanos, técnicos, e financeiros indispensáveis para as duas campanhas eleitorais que vamos iniciar, tendo presente que serão os meios humanos que decidirão.

A classe operária, os trabalhadores, as várias camadas sociais, a juventude, as mulheres confiam cada vez mais no PCP. É preciso que salvamos correspondido a essa confiança. Estamos seguros de que todos os que aqui estão saberão trabalhar para merecer essa confiança.



Intervenção de Álvaro Cunhal

Camaradas:

Realiza-se este comício no seguimento do Encontro de 5000 militantes da ORL do PCP, hoje realizado para debater a preparação das campanhas das próximas eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias.

O camarada Lopes já informou este comício das conclusões do Encontro.

Todas as informações, todas as opiniões, todos os planos e projectos de trabalho, confirmam que o nosso Partido se apronta com entusiasmo e confiança para as batalhas eleitorais e que, na linha apontada pela conferência Nacional realizada no dia 14, existem as condições objectivas e subjectivas fundamentais para assegurar a derrota da reacção, uma maioria democrática na Assembleia da República, e um reforço considerável da representação do PCP na Assembleia da República e nas Autarquias.

Estamos certos de que as conclusões do Encontro de militantes da ORL serão comprovadas em todas as outras organizações e que, à escala nacional, todo o Partido mobiliza a sua capacidade de organização e propagação, a energia incansável e a profunda dedicação do nosso grandioso e fraternal colectivo partidário para assegurar a vitória democrática — condição fundamental para a defesa e prosseguimento do Portugal de Abril e das suas históricas conquistas.

As grandes tarefas nas próximas eleições

A Conferência Nacional do nosso Partido «para a vitória democrática» definiu a orientação geral relativa às eleições.

Em resumo e apenas para lembrar: **Objectivos na votação para a Assembleia da República de 2 de Dezembro:** derrotar a direita mantendo-a em minoria, confirmar uma maioria democrática designadamente de comunistas e socialistas, e aumentar consideravelmente o número de deputados do PCP, votando na APU.

Objectivos na votação nas eleições para as Autarquias: aumentar consideravelmente o número de votos e o número de eleitos da APU nos órgãos de poder local e alcançar a maioria absoluta e relativa num número mais elevado de concelhos e freguesias.

Temos afirmado e continuamos a afirmar que estes resultados estão perfeitamente ao nosso alcance.

Do resultado das eleições para a Assembleia da República dependerá a composição política da Assembleia e, portanto, a legislação que a Assembleia vier a aprovar.

Dos resultados das eleições dependerá também a formação do governo.

Quando a Constituição estabeleça que, para a nomeação do Primeiro-Ministro, o Presidente da República deve ter em conta os resultados eleitorais, isto não significa que o partido mais votado, sendo minoritário, tenha qualquer direito a constituir governo sozinho.

O mesmo se pode dizer de uma coligação de partidos que tenha mais votos que qualquer outro partido isolado.

Isto é tão evidente que Freitas do Amaral e Sá Carneiro, na previsão de que os seus partidos continuarão sendo minoritários, têm declarado que «não querem» formar governo se não tiverem maioria absoluta. Eles dizem «não querem», mas na verdade não podem. Ao dizerem que não querem, os dirigentes do PPD e do CDS, no fim de contas, fazem como a raposa que, não conseguindo chegar às uvas, disse «estão verdes não prestam».

Mário Soares toma posição diferente. Embora não possa chegar às uvas, porque sabe bem que o PS não terá maioria na Assembleia (nem nada que se pareça), não diz que elas estão verdes.

Isto significa que o PS continua a pensar formar governo. Mas, uma vez que não explica como pensa poder fazê-lo sendo minoritário, o PS deixa o eleitor em completa ignorância de qual será a política do PS após as eleições.

Para o eleitor pôr o seu voto na uma, não basta a simpatia por tal ou tal partido. Ele precisa de saber que governo se propõe formar ou apoiar e que alianças vai fazer para formar governo o partido em que vota.

Os dirigentes do PS têm declarado (até pela boca do seu secretário-geral) que o principal objectivo do PS nas eleições é «impedir que a direita tenha a maioria» (5/10/79) e que a única alternativa à Aliança Reaccionária é o PS.

Mas como pode o PS sozinho bater a direita e ser uma alternativa, se é um partido minoritário e vai sem dúvida alguma continuar a sê-lo?

A questão das alianças do PS aparece assim como uma questão chave para que os eleitores possam votar no PS com consciência de qual a política e qual a perspectiva em que estão a votar. Nesta matéria, o PS continua a não esclarecer a sua posição.

Na nossa Conferência Nacional insistimos na necessidade desse esclarecimento. Após as eleições qual será a posição do PS quanto à formação do governo? Uma vez que o governo necessita de um apoio maioritário na Assembleia e nenhum partido isoladamente lho poderá dar, com quem pensa o PS aliar-se para formar uma maioria e um governo? Com o PPD e o CDS, ou com o PCP? Ou, não podendo formar governo sozinho, admite o PS deixar passar na Assembleia (tal como fez com Mota Pinto) um governo PPD/CDS, com a ilusão de que, descredenciado-se o PPD e o CDS no governo, o PS terá hipóteses de recuperar nas eleições de 1980?

Como responde o PS a estas questões?

A nota do Gabinete de Imprensa do PS de 16 de Outubro, respondendo explicitamente às questões levantadas na nossa Conferência Nacional, insiste em que, quanto à formação do novo governo, após as eleições, o PS não abdica do seu direito de examinar todas as hipóteses de formação de um governo e de alijar da oportunidade das suas decisões «sem ter de dar contas a ninguém».

Nós não pretendemos naturalmente que o PS nos dê, a nós particularmente, contas após o que for. Agora o que entendemos é que qualquer partido, quando em período eleitoral, se trata de definir uma política relativa à formação do futuro governo tem de dar contas e deve dar contas ao povo português e particularmente ao seu próprio eleitorado.

Quanto à hipótese de o PS poder vir a deixar passar um governo PPD/CDS, a nota não é mais tranquilizadora. A nota do PS não afiora qualquer compromisso do PS perante o eleitorado.

A nota termina nestes termos: «O PS não se sente na obrigação de elucidar de véspera o dr. Álvaro Cunhal sobre que governos vai ou não vai deixar passar na Assembleia».

Nós não pretendemos, neste caso eu pessoalmente não pretendo, (pode o PS estar disso absolutissimamente certo) que o PS me elucidie a mim particularmente desta questão crucial.

Agora o que entendemos é que, sobre isso, tem o PS a obrigação de elucidar, não na véspera, mas desde agora, antes das eleições, todo o eleitorado.

Porque, se não esclarecer esta questão, como pode o eleitor democrata votar no PS? Para que venha a formar-se um governo PPD/CDS com a luz verde do PS na Assembleia?

Repetidas afirmações de dirigentes socialistas aumentam ainda mais as nossas preocupações.

Mário Soares, por exemplo (13/10/79) afirmou que «no interior do PS jamais alguém defendeu uma aliança com o PCP e nunca ninguém a fará». Ao mesmo tempo admite que o PS possa vir a fazer um acordo de governo com o PPD.

Esta ideia é exposta, respondida e glosada com frande frequência. Aliança com o PCP não. Mas com o PPD poderá sê-lo.

As posições assumidas pelo PS mais reforçam ainda a ideia de que o voto útil na democracia só pode ser o voto na Aliança Povo Unido (APU).

Só uma votação maciça na APU é uma votação garantida contra a reacção e contra alianças com a reacção.

Só a votação massiva na Aliança Povo Unido, poderá criar condições para que a maioria democrática numérica possa tornar-se numa maioria política efectiva, suporte parlamentar e popular à formação de um governo democrático, no qual a participação comunista se torna essencial conforme bem o mostra toda a experiência da vida política portuguesa após o 25 de Abril.

A mentalidade fascista da «Aliança Democrática»

Sendo tão claros os objectivos do nosso Partido e os objectivos da Aliança Reaccionária, certamente parecerá estranho a qualquer antifascista, a qualquer democrata, que, ao falarem das suas possíveis alianças, os dirigentes do PS declarem que, com o PCP, não são possíveis alianças porque os programas dos dois partidos são «antagónicos» e admitem ao mesmo tempo vir a selar uma aliança com o PPD.

Como pode um antifascista, um democrata, compreender que o PS, por um lado, defina como seu principal objectivo nas eleições bater a Aliança Reaccionária e, por outro lado, admita vir a entender-se com ela?

Não é gratuitamente que o PCP afirma que o programa do PPD e do CDS é a liquidação do regime democrático e a instauração de uma nova ditadura.

Os dirigentes do PPD e do CDS de democratas não têm nem programa, nem prática política, nem métodos de acção, nem ética, nem educação, nem mentalidade.

Intitularam-se «democratas» como já Salazar e Caetano se intitulavam. Salazar, quando da derrota hitleriana, atacando os comunistas como «totalitários», crismou o fascismo português de «democracia orgânica» e afirmou que «os verdadeiros democratas» eram eles, os fascistas.

Assim também agora os discípulos de Salazar e Caetano acusam os comunistas de não serem democratas e afirmam que os verdadeiros democratas são eles, os da «Aliança Reaccionária».

Não dão porém três passos, não dizem três palavras, não tomam três decisões sem logo revelarem a sua verdadeira natureza fascista ou fascizante.



A mesa que presidiu ao comício que culminou o Encontro de militantes da ORL. A importante intervenção de Álvaro Cunhal sintetizou algumas das

posições dos comunistas no actual momento político

Há tempos, no uso dos seus direitos constitucionais, o grupo parlamentar do PCP fez um requerimento solicitando uma informação do Governo Regional da Madeira sobre a admissão ilegal de uma funcionária e da pretensão de quem legalmente se candidatara ao lugar. O sr. Jardim exarou despacho. Respondendo à questão posta, como era seu dever? Não. O sr. Jardim nesse despacho acusa os deputados comunistas e o PCP de «social-fascismo» (é caso para perguntar se o sr. Jardim é também dos m-l recauchutados) e enche uma página inteira com uma lista de 41 milhões de mortos vítimas dos regimes comunistas, com indicações de quantos milhões morreram com o terror vermelho, quantos milhões foram «liquidados pela GPU», e mais uns tantos milhões «fuzilados pela GPU» e mais ainda outros milhões «fuzilados pela GPU» (não se ficando a saber se os atrás citados ressuscitaram e foram novamente fuzilados).

Gente que, num Governo Regional, exara um tal despacho sobre um pedido de informação de um Grupo Parlamentar acerca da nomeação ilegal de uma funcionária e da pretensão de quem legalmente se candidatara ao lugar, mostra não ter a mínima compostura para fazer parte de um governo e põe bem a nu a mentalidade e comportamento fascista do PPD e dos seus «chefes».

Recentemente também, ao abngo da lei, e com provas irrefutáveis na mão, a APU requereu a declaração de inelegibilidade do cabeça de lista PPD, José Maria da Silva, pois esse senhor foi Delegado dos Serviços de Censura no tempo do fascismo.

O caso não oferece dúvidas.

O «Diário de Notícias da Funchal» de 14/8/1965 (assim como outros

A verdade — bandeira e força do PCP

A mentira é a arma dilecta do fascismo e da reacção. A mentira desinorma, desvirtua os factos, corrompe a opinião, conduz a juízos errados, semeia a injustiça. Só com a mentira a reacção pode conseguir ganhar votos.

A campanha pré-eleitoral e eleitoral da reacção está a ser conduzida e sê-lo-á ainda mais, com o uso constante, sistemático, em tudo e em nada, das mentiras mais vis, fabricadas, calculadas, para enganar, caluniar, injuriar, criar um clima de dúvida, insegurança e intranquilidade, impedir o povo português, o eleitorado, de formar uma opinião fundamentada e justa acerca dos partidos políticos e dos seus candidatos.

A nossa campanha pré-eleitoral e eleitoral orienta-se por princípios diametralmente contrários.

A pergunta «como devemos conduzir a nossa campanha para as próximas eleições?», se tivéssemos de responder em duas ou três palavras, responderíamos: «dizendo a verdade».

A verdade é o maior inimigo das forças reaccionárias. A verdade é arma, bandeira e força dos trabalhadores e do nosso Partido. A vida, os acontecimentos, os factos confirmam a justiça da nossa causa, a razão da nossa luta e dos nossos objectivos.

Não camaradas. A Aliança Povo Unido (APU) não é um disfarce do PCP, como afirma esta campanha, designadamente do PS.

As listas foram anunciadas e toda a gente vê que à cabeça das listas se encontram conhecidos membros da Direcção do nosso Partido.

O PCP e o MDP/CDE têm as suas campanhas eleitorais autónomas e cada qual terá o seu próprio grupo parlamentar na futura Assembleia da República.

Também, como se sabe, no período pré-eleitoral, o Partido começou já a realizar numerosos comícios e sessões de esclarecimento.

Portanto tudo é claro e as acusações sem fundamento caem inteiramente por terra.

O partido da verdade que somos não precisa de disfarces, não precisa de esconder a verdadeira face ao eleitorado. Quem falta à verdade, quem esconde a sua verdadeira face são, entre outros, precisamente aqueles que acusam o PCP de o fazer.

Sobre este assunto poderíamos falar horas inteiras. Alguns exemplos chegam porém para tomar clara a situação.

Quem esconde a sua verdadeira face? Serão os comunistas ou são aqueles que dizem defender o melhoramento das condições de vida do povo trabalhador, quando a sua política, a política que já fizeram nos governos e fariam se lá voltassem, é impedir o aumento dos salários, aumentar o anticomunismo dos preços, consequentemente o custo da vida, reduzir os benefícios sociais, multiplicar os despedimentos e alargar o desemprego a pretexto da necessidade de assegurar a rentabilidade das empresas, condenar a uma situação de miséria real os reformados e deficientes, tudo para que os grandes capitalistas recebam elevados

lucros, acumulem, enriqueçam, retomem a dinâmica da desenfreada exploração do tempo do fascismo?

Esses sim, escondem a sua verdadeira face.

Quem esconde a sua verdadeira face? Serão os comunistas ou são aqueles que dizem defender as liberdades e os direitos dos trabalhadores, mas entretanto fazem aprovar a lei antidemocrática das Comissões de Trabalhadores e levaram à Assembleia da República o projecto de lei Gonelha destruidor da liberdade sindical?

Esses sim, escondem a sua verdadeira face.

E ainda quem esconde a sua verdadeira face? Serão os comunistas ou são aqueles que se intitulam «democratas» (Partido Popular Democrático, Partido Social Democrático, Centro Democrático Social, Aliança Democrática) e actuam para liquidar a democracia, aqueles que se intitulam «socialistas» e actuam para a restauração do capitalismo monopolista?

Esses sim, através das palavras «democracia» e «socialismo» escondem a sua verdadeira face.

Quem não atirem pedras ao sólido telhado do PCP aqueles que têm telhados de vidro.

E se há quem, falando da APU, insinua que se pretende vender gato por lebre, podemos responder: Se vender fascismo por democracia (como fazem uns), ou vender recuperação capitalista por socialismo (como fazem outros) não é vender gato por lebre, já não sabemos nem o que é lebre, nem o que é gato.

Mas o povo português, depois de ter sido enganado muitas vezes, distingue perfeitamente um gato dum lebre, não deixará que lhe vendam sá-carneirismo por democracia nem recuperação capitalista e latifundista por socialismo.

Quanto ao nosso Partido, por que razão havíamos de esconder os nossos objectivos, se os nossos objectivos correspondem inteiramente aos interesses do nosso povo e do nosso país?

Porque razão o PCP havia de esconder a sua verdadeira face, por que razão haveria de esconder que luta e lutará, sempre e infatigavelmente,

Violência espiritual, violência física e dignidade democrática

Uma campanha eleitoral deve ter como objectivos (observados por todos) o esclarecimento do eleitorado, para que cada eleitor possa votar em plena consciência, com conhecimento real da política e dos homens em que vota.

O nosso Partido procura, na sua actividade, corresponder à dignidade e contribuir para a dignificação da vontade do povo, do regime democrático e da nação portuguesa. No quadro político nacional, o nosso Partido é o partido da dignidade popular, da dignidade democrática, da dignidade nacional.

O nosso Partido conduzirá a sua campanha respeitando rigorosamente o quadro constitucional e a legalidade democrática.

O nosso Partido conduzirá a sua campanha na base da verdade, do rigor na informação, da divulgação clara dos objectivos, do uso das liberdades e do respeito pela liberdade dos outros.

A reacção, que odeia a democracia, entende porém de forma diferente uma campanha eleitoral. Entende uma campanha eleitoral como a lei da selva, por um lado, para tentar silenciar e impedir os votos dos adversários, e, por outro lado, para caçar votos ou obrigar ao voto nos seus próprios partidos.

Para a reacção, todas as armas são boas na campanha eleitoral: a mentira, a calúnia, a diversão ideológica, a coacção psicológica, económica, social e religiosa, a provocação, as desordens, os actos terroristas.

Muito haverá a dizer sobre esta matéria. Permitam-me que aqui refira apenas dois importantes aspectos: a violência espiritual e a violência física.

Sobre a violência espiritual é de sublinhar a tentativa que estão fazendo os partidos reaccionários (designadamente o PPD e o CDS) de manipulação dos sentimentos religiosos para coagirem os eleitores ao voto nos seus candidatos.

O eixo desta campanha em curso é mostrar uma suposta incompatibilidade entre a qualidade de católico e o voto no PCP.

Não descereámos a uma polémica para a qual a reacção gostaria de arastar-nos.

Mas temos o dever de esclarecer a este respeito algumas questões essenciais.

O PCP defende firmemente a liberdade religiosa, a liberdade de professar uma crença e de praticar um culto e é firmemente contrário a quaisquer ofensas aos sentimentos religiosos dos crentes.

Esta foi, e é continuará a ser a orientação do nosso Partido.

O nosso respeito pelas crenças religiosas não é apenas uma posição de princípio. É uma constante da política, da actividade e da conduta dos comunistas.

Não é apenas válida em relação aos cidadãos em geral. É igualmente válida em relação ao nosso próprio Partido.

Quando um novo camarada se inscreve no Partido, não perguntamos se professa ou não professa uma religião, se é ou não é católico.

Como é sabido, milhares de membros do Partido são católicos e entre os católicos membros do Partido contam-se sacerdotes.

Estes nossos camaradas não vêm, nem sentem incompatibilidade entre a sua opção política e a sua crença.

Muitos afirmam mesmo que se sentem mais realizados como cristãos, desde que abraçaram a causa dos trabalhadores e desde que fizeram a sua opção política entrando no único partido que defende consequentemente os interesses, os direitos, as aspirações mais profundas dos explorados e oprimidos, dos que sofrem as injustiças e violências dos poderosos, dos que têm limpa a sua consciência social porque vivem do seu próprio trabalho e não do suor, das privações, da fome, da miséria, do sofrimento e da dor do seu semelhante.

Reconhecemos à Igreja os seus direitos no exercício das suas

funções e actividades. Reconhecemos aos bispos e aos sacerdotes o direito de terem e defenderem as suas opiniões políticas, de pertencermos a partidos políticos tal como quaisquer outros cidadãos portugueses.

Entendemos porém que religião se não deve misturar com política e que não é lícito procurar utilizar meios de pressão religiosa para coagir ao voto em qualquer partido, concretamente, como está a ser feito, em partidos reaccionários.

O lugar próprio para um sacerdote fazer a propaganda eleitoral do seu partido e dignificar a própria religião e o próprio culto não é o púlpito duma igreja, mas a tribuna de um comício.

Embora a nota do Conselho Permanente do Episcopado de 15 de Outubro mantenha numerosos equívocos, consideramos positivo que aí seja explicitado que «a Igreja não se move no terreno da política partidária e, por consequência, não tem partido ou partidos seus».

De desejar seria que estas afirmações fossem confirmadas pela prática.

Em Portugal não existe uma questão religiosa. Nem o povo nem o país estão interessados em criá-la artificialmente apenas para servir planos de golpistas, vantagens eleitorais e interesses mesquinhos e conjunturais das forças do passado fascista e dos seus actuais continuadores.

No Portugal de Abril é porém mais difícil mistificar o povo do que era no tempo do fascismo.

Por isso estamos certos, não só de que cada dia aumentará o número de católicos que virão ao nosso Partido, como também, de que, nas próximas eleições, centenas de milhares de católicos votarão contra a reacção, votarão na Aliança Povo Unido, votarão no Partido Comunista Português.

Sobre a violência física, o terrorismo merece neste momento referência especial.

Ontem, camaradas, estive no distrito de Beja. Particpei em comícios e encontros com as populações em Sta. Margarida do Sado, Figueira de Cavaleiros, Ferreira do Alentejo, Trigaches, Beringel, Beja, Trindade, Albenoa, Entradas, Castro Verde e Ourique.

Por todo o lado, o povo trabalhador acorre em massa ao apelo do Partido. São homens, são mulheres, são jovens, são velhos, são crianças, são as famílias inteiras.

Por todo o lado, o povo trabalhador mostra uma firme determinação de defender o Portugal de Abril. Por todo o lado apói o Partido. Por outro lado, em relação às próximas eleições, se apresenta disposto a infligir uma esmagadora derrota às forças reaccionárias e a todos os inimigos da Reforma Agrária, e a garantir através do voto na APU uma grande vitória do Partido Comunista Português.

Os camaradas de Beja admitem que, no distrito, a Aliança Povo Unido, o PCP, venha a alcançar mais de 50% do total dos votos, maioria absoluta.

A reacção treme de medo ante a perspectiva da derrota eleitoral que a espera à escala nacional. Tem particularmente medo da extraordinária vitória da democracia, da vitória da Reforma Agrária, da vitória do PCP, que tudo indica ir registrar-se no Alentejo.

Dai as persistentes tentativas reaccionárias, designadamente do PPD e CDS, para desestabilizarem a situação, tentando ainda impedir a realização das eleições ou, pelo menos, impedir que elas se desenvolvam em condições de legalidade, ordem democrática e tranqüilidade pública.

Dai as sucessivas provocações terroristas, de que são revoltante exemplo os assassinatos de Montemor-o-Novo, com o seguimento dos atentados bombistas, que os provocadores procuram atribuir aos trabalhadores e aos comunistas, de forma a justificar a sua odiosa campanha visando mostrar que no Alentejo se vive um ambiente «pré-

insurreccional» e que por isso são necessárias medidas de carácter repressivo a militar.

Esta noite, de novo explodiram bombas no Alentejo. Os objectivos escolhidos não deixam margem a dúvidas. A reacção deita bombas para depois acusar os comunistas de as ter lançado. Trata-se de novas provocações, expressão do rancor e impotência da reacção ante as extraordinárias manifestações de entusiasmo das massas e da confiança no nosso Partido registados no Alentejo.

A provocação é tão grosseira que não pode enganar ninguém. Mas não deixa de criar inquietação e intranquilidade das populações.

É imperioso descobrir e punir severamente os autores das provocações terroristas.

Só a reacção, na perspectiva da derrota eleitoral, pode estar interessada na criação de um tal clima no Alentejo.

Os trabalhadores e todo o povo do Alentejo conservam a grandiosa serenidade que só a certeza da própria força pode dar.

Os trabalhadores e todo o povo do Alentejo estão vitalmente interessados na legalidade e na ordem democrática, na tranqüilidade pública, na segurança dos cidadãos.

Os trabalhadores e todo o povo do Alentejo estão vitalmente interessados na realização das próximas eleições em condições normais, pois estão certos de alcançar uma vitória esmagadora através de um voto em massa na Aliança Povo Unido, de um voto em massa no Partido Comunista Português.

Mas não é só no Alentejo que está em marcha uma movimentação de massas que conduzirá à vitória democrática.

Com todo o particular significado que lhe confere o facto de ser a capital do país, conta uma grande concentração operária, ser portadora de grandes tradições revolucionárias e democráticas, representar 1 milhão e 400 mil eleitores (um quinto do eleitorado nacional) e dever eleger 56 deputados — Lisboa com o seu distrito representa um papel de primordial plano nas próximas eleições.

O Encontro de Militantes da Organização Regional de Lisboa do PCP, que se realizou hoje em Lisboa, foi uma exaltante demonstração de que os comunistas do distrito de Lisboa estão trabalhando activamente na preparação das batalhas eleitorais que se aproximam. Os comunistas da Organização Regional de Lisboa conduzirão uma campanha política de massas na qual (como foi afirmado nas Conclusões do Encontro) a imaginação criadora, a alegria, a confiança e a serenidade assumam um papel preponderante. Ião mobilizar todas as suas forças e energias. Estão confiantes em que será infligida pesada derrota à Aliança Reaccionária, em que o PCP, no quadro da APU, alcançará uma grande vitória reforçando significativamente as suas posições na Assembleia da República e nas Autarquias.

Em contraste com a política, os métodos e os objectivos fascizantes do PPD e do CDS, com os escândalos e aboatamentos nas autarquias que dirigem, com as rivalidades e a bagunça na vida interna, que leva numerosas zonas do seu eleitorado a abandoná-los na votação; em contraste com as indefinições do PS que levam também a grandes hesitações e indecisões no seu anterior eleitorado; — em todo o país está em pleno desenvolvimento uma poderosa movimentação unitária de massas, apoiando a Aliança Povo Unido, apoiando o PCP, engrossando dia a dia a vaga de vontade e determinação democráticas, que (tudo indica) conduzirá, nas próximas eleições para a Assembleia da República e para as Autarquias, a derrota da reacção, à vitória democrática, a uma grande vitória da Aliança Povo Unido, a uma grande vitória do PCP, a uma grande vitória do Portugal de Abril.

Viva a vitória democrática!
Viva a Aliança Povo Unido!
Viva o Partido Comunista Português!

Semana

17 Quarta-feira 1961 — Começa o XXII Congresso do PCUS, onde foram adoptados novo Programa e novos Estatutos do PCUS.

O Partido Comunista de Espanha (PCE) acusa os EUA de tentarem acentuar a tensão internacional e forçar a instalação de novas armas nucleares na Europa...

18 Quinta-feira 1967 — A sonda soviética "Vénus-4" pouso no planeta Vénus e envia pela rádio a informação de que a temperatura local é suficiente para fundir metais.

Indivíduos armados matam cinco pessoas na Turquia. Os dirigentes parlamentares dos países membros do Pacto de Varsóvia enviam aos seus homólogos da Aliança Atlântica uma nota contendo uma advertência contra a colocação de novas armas e mísseis nucleares na Europa capitalista...

19 Sexta-feira 1925 — A revolta de Damasco, na Síria, contra o colonialismo francês, é reprimida com o bombardeamento da cidade. Entre as ruínas ficam 25 000 mortos.

A Junta que governa El Salvador anuncia que irá convocar eleições livres nas quais poderão participar todos os partidos, incluindo o Partido Comunista de El Salvador...

20 Sábado 1952 — No Quênia, insurreição dos Mau Mau, organização político-religiosa que adotou a forma de sociedade secreta e cuja luta contra o imperialismo britânico esteve na base da independência do Quênia.

Chega ao Rio de Janeiro, onde é recebido por uma multidão entusiasmada, o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes...

21 Domingo 1878 — Lei de excepção contra os socialistas alemães, que vinha a ser derogada em 1890.

O ministro dos NE israelita, Moshe Dayan, demite-se do seu cargo queixando-se de que os seus colegas no governo estão conduzindo erradamente as negociações sobre a autonomia palestina...

22 Segunda-feira 1962 — O presidente Kennedy, dos EUA, dá origem à entidade chamada "crise dos mísseis", em Cuba.

A Comissão das Relações Externas do Senado norte-americano aprova por unanimidade uma resolução estabelecendo que o tratado SALT II não impede que os EUA forneçam armas aos seus aliados...

23 Terça-feira 1977 — Em plebiscito nacional, os panamenhos aprovam um novo Tratado do Canal do Panamá.

Começa em Colónia o julgamento de Kurt Lischka, chefe da Gestapo durante a ocupação de Paris pelos nazis até 1943, e de mais dois outros oficiais nazis que o "coadjuvaram" no envio de dezenas de milhares de judeus e de comunistas para os campos da morte...

«Reforça-se no plano internacional o prestígio da OLP»

● Entrevista com o camarada Albano Nunes no regresso da sua visita ao Líbano e à Síria

«Esta viagem integra-se na política de relações internacionais do PCP visando o fortalecimento das relações do nosso partido com os outros partidos comunistas irmãos e com todas as forças democráticas e revolucionárias, pelo reforço da unidade do Movimento Comunista Internacional e da frente mundial anti-imperialista»...

Albano Nunes continuou: «Penso que estes objectivos foram atingidos. Para além dos encontros e conversações realizadas com os nossos anfitriões — em que desejaria destacar pelo seu significado o encontro com o camarada Yasser Arafat, presidente da OLP — encontrei-me também com dirigentes do Partido Comunista Sírio, do Movimento Nacional Libanês, do Partido Socialista Progressista do Líbano, da Frente Democrática para a Libertação da Palestina, da Frente de Libertação do Barhein e de outros partidos»...

Os encontros realizados e o contacto directo com aspectos da realidade dos países visitados permitiram um melhor conhecimento dos problemas, dificuldades e perspectivas, da luta das forças patrióticas e progressistas árabes contra as agressões e conspirações do imperialismo e do sionismo».

O fracasso de Camp David Albano Nunes traçou-nos depois um breve balanço da situação na zona, com base nas experiências recolhidas na sua visita:

«Os acordos de Camp David cozinhados há um ano sob o patrocínio do imperialismo norte-americano, entre Israel e o Egipto, soldaram-se até agora por um estrondoso fracasso. É hoje mais claro do que nunca — e os bombardeamentos de Israel ao Líbano

e agressões armadas israelitas contra o Líbano ao mesmo tempo que ataca as forças fascistas deste país, provoca militarmente a Síria, tenta desestabilizar os regimes árabes progressistas, manobra por todos os meios contra a unidade alcançada na Cimeira de Bagdad contra os acordos de Camp David, tenta enlascar certos regimes árabes na sua tática de acordos

próprio Estado independente e soberano em território da Palestina. Cresce o isolamento dos dirigentes sionistas. Reforça-se no plano internacional o prestígio da OLP como o único e legítimo representante do povo palestino. Ao mesmo tempo não me foram escondidas as apreensões perante a criminoso política conduzida pelo imperialismo e o sionismo e as



Albano Nunes (o terceiro à esquerda) e Yasser Arafat (ao fundo) durante o encontro realizado em Beirute

comprovam-no plenamente — que eles não servem a paz, mas a guerra, que eles favorecem não a apregoados «autodeterminação do povo palestino», visando sim a liquidação da Resistência Palestiniana e a consolidação do domínio por parte de Israel dos territórios árabes ocupados em 1967, que constituem um instrumento dirigido contra os regimes árabes progressistas e todo o movimento de emancipação nacional e social, visando o controlo político, económico e militar da região pelo imperialismo.

Entretanto, o imperialismo não desarma. Organiza provocações separados com Israel. O imperialismo norte-americano vai ao ponto de anunciar a criação da «força de intervenção» de cem mil homens e em que um objectivo confessado é a intervenção directa no Médio Oriente.

Por toda a parte confirmei a determinação e a confiança de que os projectos inerentes aos acordos de Camp David serão derrotados, em que Israel será forçada a evacuar os territórios árabes ocupados, em que será finalmente alcançado o reconhecimento dos direitos nacionais do martirizado povo palestino, em particular, à constituição do seu



Exposição de fragmentos de bombas utilizadas pela aviação israelita nos criminosos bombardeamentos à cidade de Tyr

Liquidação da ditadura em Salvador Uma tendência geral no continente

O processo de desagregação de regimes reaccionários e fascistas na América Latina avançou mais um passo com a queda da ditadura de Romero em El Salvador. Não que desde já estejam definidas perspectivas claras pelos novos detentores do poder. Registou-se, mesmo, ao longo da primeira fase que se seguiu ao golpe militar, uma acentuada resistência dos movimentos esquerdistas, que insistiram na caracterização do novo regime como «a continuação da ditadura sem Romero»...

Agosto último, Salvador foi visitado por V. Vaky, ajudante do secretário de Estado dos EUA para os assuntos interamericanos; em Setembro, esteve no país W. Bowler, director do Serviço de Investigação do Departamento de Estado. Ambos foram levar a Romero o «recado» da Casa Branca: a urgência de uma liberalização de fachada, antes que fosse tarde. Os factos provam que já era tarde. A dinâmica do movimento popular, ainda que sob formas indirectas, está a impor-se de facto. Mesmo que se trate de forças menos empenhadas na defesa dos interesses dos trabalhadores, os dados novos e positivos da situação actual são inegáveis.

conseguiram que grandes massas do povo se decidissem a dar apoio a formas mais elevadas e frontais de luta, que milhares dos melhores elementos se juntem às fileiras das organizações revolucionárias e que nasça e se desenvolva um estado de ânimo insurreccional em extensos sectores de trabalhadores e camadas médias.»

reformas sociais de grande alcance, uma amnistia geral para os presos políticos, a investigação sobre os crimes cometidos sob a ditadura de Romero. Ao mesmo tempo, a Junta garantiu o restabelecimento de relações com Cuba e solidarizou-se com o povo da Nicarágua.

O derrube da ditadura em El Salvador não foi inesperado. Era visível o amadurecimento das condições revolucionárias. Outubro foi um mês de manifestações contra Romero, pela democracia. Um vigoroso movimento grevista atingiu cumes significativos ao longo do ano de 1979. A repressão atingia formas de terror colectivo. Professores estavam a ser assassinados à média de um por dia. Bandos armados entravam pelas escolas e oficinas e metelhavam as suas vítimas. Mas a luta não esmoreceu por isso. Nos primeiros dias de Outubro foi convocada, pela central sindical de São Salvador, uma greve geral de 48 horas como protesto pelo assassinato, por militares, de quatro camponeses.

A manobra «liberalizante» falhou. Em Agosto, o Partido Comunista de El Salvador denunciava: «O governo insistiu durante os quatro últimos meses em oferecer "diálogo" e "eleições livres". Que se passou? Estarão os fascistas a converter-se em democratas? Claro que não. O que se passa é que eles não conseguiram levar os seus planos até onde querem, porque tiveram que se defrontar com uma firme resistência popular e, longe de generalizarem um clima de medo e de submissão através dos seus criminosos métodos,

Foi a crescente luta popular que determinou o derrube da ditadura de Romero, como é hoje o movimento de massas que se impõe e determina que sejam tomadas medidas conformes com os interesses do povo de El Salvador. Aumenta a exigência de julgamento dos torturadores e dos elementos corruptos do antigo regime, ligados às 14 famílias que detêm o poder económico no país. O novo governo recebeu o Comité de Mães de Presos e Desaparecidos Políticos, que querem determinar o paradeiro dos seus familiares. Entretanto, algumas medidas positivas têm vindo já a ser tomadas: a legalização do Partido Comunista de El Salvador, que poderá, juntamente com as outras forças políticas, participar nas futuras eleições, o direito à formação de sindicatos, a dissolução da assembleia legislativa e do Supremo Tribunal. Foram igualmente prometidas

reformas sociais de grande alcance, uma amnistia geral para os presos políticos, a investigação sobre os crimes cometidos sob a ditadura de Romero. Ao mesmo tempo, a Junta garantiu o restabelecimento de relações com Cuba e solidarizou-se com o povo da Nicarágua.

O visível ascenso do movimento revolucionário levou Washington a intervir abertamente por uma «liberalização». O que aliás só prova, uma vez mais, que o tempo das ditaduras, também na América Latina, está a chegar ao fim. Em



A violência repressiva é cada vez mais impotente face ao ascenso da luta popular na América Latina

Defesa da paz é tarefa vital

NAS vésperas do 62.º aniversário da Revolução de Outubro, os apelos dirigidos pelo CC do PCUS ao povo soviético traduzem, mais uma vez, o conteúdo político das comemorações. Traduzem, este ano, de forma particular, a necessidade do reforço da paz e, sublinham que os sectores sociais interessados na defesa da paz têm hoje mais força que aqueles que pretendem um agravamento da tensão internacional.

É mais uma tomada de posição dentro da linha perseverante de defesa da paz seguida pela União Soviética e por toda a comunidade socialista, e que vem na sequência dos inúmeros esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pelo desanuviamento no campo político e militar, contra a campanha belicista promovida pelo imperialismo — campanha preñe de riscos, apesar da envergadura crescente do movimento pela paz.

SÃO múltiplas e muito claras as ameaças à paz provenientes dos sectores mais reaccionários e menos realistas do capitalismo internacional, os sectores estreitamente ligados à indústria de guerra. Por um lado o silêncio, a deturpação das realidades, os esforços tendentes a apresentar as propostas de paz da comunidade socialista como manobras destinadas a garantir a sua superioridade no domínio do armamento. Soma-se-lhe o boicote sistemático, na prática, a essas propostas, a recusa de qualquer iniciativa concreta e construtiva, e ainda os actos de provocação, alguns dos quais acarretando sérios perigos, uma campanha sistemática destinada a recriar o clima de guerra-fria, hoje naturalmente mais difícil de alimentar do que na complexa fase do pós-guerra.

SOB o pano de fundo do velhíssimo pretexto da «ameaça soviética», montam-se provocações como a ligada à presença de militares soviéticos em Cuba (desde há 15 anos!), utilizando-as não só para tentar degradar as relações Estados Unidos-União Soviética — relações vitais para um clima de coexistência pacífica — como posteriormente para reforçar os efectivos militares norte-americanos nas Antilhas, desenvolvendo simultaneamente provocatórias manobras militares em redor da base de Guantanamo. Decide-se o reforço da presença militar norte-americana no Índico e no Pacífico, reconhecendo-se embora que as forças soviéticas neste oceano não ameaçam o Japão. Retoma-se a ideia de que os movimentos revolucionários nas várias partes do mundo, nomeadamente em África, não passam de novas formas de presença militar soviética.

ESTE ascenso de provocações belicistas assume aspectos particularmente perigosos com o projecto de colocação, nos países da NATO na Europa, de 600 mísseis capazes de transportarem ogivas nucleares e de atingirem o território da União Soviética. É uma medida provocatória e ameaçadora que, conforme séria advertência dos dirigentes parlamentares dos países membros do Pacto de Varsóvia, motivará, se concretizada, uma nova escalada na corrida às armas nucleares por parte da comunidade socialista, constringida a reforçar a sua defesa.

Solidariedade com as crianças do Uruguai

O dia 25 de Outubro foi proclamado, pelo Movimento Internacional de Solidariedade, «Dia da criança do Uruguai».

O terror desencadeado pelo regime arrancou mais de dez mil crianças aos braços de seus pais, que se encontram nas prisões, nos quartéis, nos campos de concentração, submetidos a trabalhos forçados, subalimentados. E quantas crianças ficaram órfãs porque a ditadura assassinou seu pai, sua mãe, ou ambos!

mesmo ano, a detenção da mãe do bebé, actualmente presa em Punta de Rieles, o campo de concentração para mulheres localizado a 11-Km do centro de Montevideo.

No «Ano Internacional da Criança», que oferece às crianças o actual governo do Uruguai? Mães e pais presos e torturados; mães e pais desaparecidos. O nascer e viver entre as grades de uma prisão nos primeiros anos de vida para serem imediatamente depois separados da mãe que fica na prisão, quando não são mortos mesmo antes de nascer.

Onde está Mariana Zafaroni, sequestrada com seus pais quando tinha ano e meio de idade, em 27 de Setembro de 1976, em Buenos Aires? Onde estão Washington Vivian de 6 anos, Andrea Vivian de 5 anos e a jovem Beatriz Hornandez de 16 anos, sequestradas em Outubro do ano passado? A opinião pública internacional denuncia e condena estes crimes, esta teia infernal tecida pelos fascistas do Uruguai e seus cúmplices no sul do continente (Argentina e Chile).

São mais de dez mil crianças sem pais. E quantos não tiveram que sair da sua pátria? Nos últimos anos, 20% da população teve que emigrar por razões de ordem económica e política.

As crianças sofrem fome e miséria

A tendência histórica mais vigorosa que se desenvolve no nosso país — afirmava, em Agosto, o Partido Comunista de El Salvador —, como em quase toda a América Central, é o avanço para a revolução democrática.

Há um aspecto mais amplo do drama das crianças uruguai: a miséria e a fome que afecta milhares e milhares de meninos.

«Está em curso uma situação revolucionária, que assume características próprias em cada país e amadurece com ritmos e possibilidades diferentes em cada um deles. Esta situação revolucionária regional já deu à luz a primeira revolução vitoriosa, a do povo de Sandino, na Nicarágua.» São Salvador vive também um importante processo de liquidação das estruturas reaccionárias e fascistas. A força do movimento popular abriu novos caminhos para o futuro do país.

Números fornecidos pelas estatísticas, censos, comunicados oficiais indicam que o desemprego afecta 13% da população activa; que em 1977 a inflação foi de 57,26%, em 1978 de 46%, e este ano, a seguir os ritmos actuais, atingirá os 84%. O custo de vida continua a aumentar sistematicamente enquanto o salário perdeu, desde que o fascismo se apoderou do poder, 50% do seu valor aquilivo. Os números estatísticos indicam que a mortalidade infantil é de 45 por mil; que a desistência escolar no ciclo básico é de 60%; que o ingresso no ensino médio, que em 1971 foi de 22.000, este ano é apenas de 8.000.

Entre outras crianças, continua desaparecido o pequeno Amarel Garcia, sequestrado com seus pais, cujos cadáveres apareceram evidentes sinais de tortura. Amarel tinha 3 anos em 8 de Novembro de 1974, quando foi sequestrado.

Que nos dizem estes números na sua aparente frieza? Que milhares de crianças abandonam a escola para serem super-exploradas na fábrica ou na oficina ou que aos seus pais é recusado o direito ao trabalho. Que milhares de crianças ficaram sem tecto porque as suas famílias não podem fazer face aos aumentos das rendas de casa; que há mais mãos infelizes estendidas à caridade pública.

Que terá acontecido ao pequeno Simon Antonio Riquelme, sequestrado com a sua mãe Sara Rita Mendez, quando tinha apenas vinte dias? Este sequestro foi realizado em Buenos Aires em 13 de Julho de 1976. Face à denúncia internacional o regime uruguai reconheceu, a 29 de Outubro do

Os números dizem-nos que os pratos e os biberões estão vazios; que a desnutrição e o raquitismo, as doenças, matam as crianças que poderiam viver, que deviam viver.

Mais de cem mil presos políticos, cento e trinta mortos pela tortura — e mais de dez mil crianças sem pai, sem mãe por muitos anos, e alguns para sempre. No 25 de Outubro, «Dia da criança do Uruguai», todas as forças progressistas exigem ao governo uruguai que permita a entrada de ajuda material para os filhos dos presos políticos e que as crianças sequestradas sejam entregues aos seus familiares.

Advertisement for 'A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA' by Rodney Arismendi, published by Edições Avante!

Os métodos da Imprensa reaccionária

1. Os títulos com que o jornal «Correio da Manhã» na sua edição de 22-10-79 promove as suas grotescas insinuações sobre as mais recentes actividades bombistas da reacção são um exemplo acabado de grosseira e repugnante manipulação da informação, de baixa provocação política, de uma desonestidade ética e profissional inultrapassáveis.

2. Seja no bombismo ou na sua imprensa, a linguagem da reacção dá bem a verdadeira imagem dos seus métodos e objectivos: provocar a intranquilidade pública, sementar a instabilidade e a insegurança das populações, espalhar a calúnia, promover a mentira, impor a manipulação das consciências, tudo com o objectivo de criar condições para a liquidação do regime democrático.

3. No plano de desestabilização em que as forças reaccionárias estão empenhadas, títulos e notícias como as do «Correio da Manhã» desempenham um papel complementar em relação aos atentados bombistas. O terrorismo da bomba, para atingir os objectivos fixados por quem o comanda e dirige, precisa do terrorismo da palavra, da pasquinada provocatória, da circulação da mentira, da falsa atribuição de culpas que desvie as atenções dos verdadeiros responsáveis, interessados e beneficiários do terrorismo. A central de subversão que decide sobre o momento e os alvos das bombas é a mesma que dá a orientação para os títulos deturpadores e caluniadores dos jornais reaccionários.

4. Perante a consciência democrática dos portugueses não são apenas os autores materiais de actos terroristas contra a tranquilidade da vida democrática do País que surgem como criminosos que urge desmascarar e castigar. Todos aqueles que, cegos pelo ódio e pela mentalidade totalitária e indignos de serem chamados de jornalistas, se empenham — como no «Correio da Manhã» — em ser porta-vozes do terrorismo, assumem igualmente pesadas responsabilidades morais e legais.

5. Insistindo em que os atentados bombistas, seja qual for a fachada com que se apresentem e sejam quais forem os alvos que escolham, só podem interessar à reacção, o PCP salienta a necessidade urgente de, em defesa da ordem e da legalidade democrática e da tranquilidade pública, serem identificados e castigados os responsáveis e autores pelas actividades terroristas.

6. Pela sua parte, e fazendo o que está ao seu alcance imediato, o PCP não deixará de levar os responsáveis do «Correio da Manhã» a comparecer perante os tribunais para aí responderem pelas calúnias e provocações dirigidas contra o PCP na sua edição de 22-10-79.

A SIP do PCP



Carlos Brito ao «Avante!»

«O avanço do PCP no Norte é uma realidade que as eleições confirmarão»

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e Presidente do Grupo Parlamentar comunista, esteve na passada semana no Norte do País numa visita de trabalho, acerca da qual julgámos oportuno registar as suas impressões para o «Avante!».

— Poderias fazer um breve balanço do que foi a tua estadia no Norte?

— Durante a minha estadia de uma semana nos cinco distritos do Norte do Douro participei em seis sessões de esclarecimento: no Gerez, em Ribá d'Ave, em Barcelos, no Porto, em Monção e em Bragança, segundo as datas de realização.

Participei também nos encontros regionais das organizações do Partido do distrito do Porto (efectuado em Gaia) e do distrito de Viana do Castelo (efectuado nesta cidade).

Participei ainda numa reunião com militantes comunistas de Mirandela. Tive oportunidade de me avistar, em reuniões de trabalho, com os candidatos da APU pelos círculos de Braga e Viana do Castelo. Entre outras visitas realizadas, saliento a que me foi dado efectuar à freguesia de Dume, no concelho de Braga, que tem uma Junta progressista e ao Bairro das Enguardias, na cidade de Braga, onde me encontrei com a Comissão de Moradores que tem uma obra importante realizada.

Quanto às sessões de esclarecimento, destaco antes de todas a que se efectuou no Porto, no Pavilhão do Académico. Foi um acontecimento político importante, tanto pelo número de assistentes (mais de quatro mil e quinhentas pessoas) como pela grande quantidade (muitíssimas dezenas) e pela qualidade das questões colocadas pela assistência. Surpreendentemente, esta sessão foi silenciada pela generalidade dos órgãos de informação, mesmo pela imprensa democrática.

Saliento a seguir, pelo significado político, a sessão de Bragança. As forças reaccionárias locais tinham ameaçado que a sessão seria impedida ou seria interrompida e tinham posto a circular boatos de que haveria violência. Não aconteceu nada disto. A sessão, com a participação de mais de 200 pessoas, decorreu na maior tranquilidade e num excelente clima de diálogo. Ficou demonstrado que ninguém pode impedir que os comunistas falem e trabalhem em Bragança como em qualquer outro local da terra portuguesa.

Ainda quanto à sessão de Bragança importa dizer que foi localmente muito notada a ausência da RDP que dias antes dera grande cobertura a um comício do CDS. É inadmissível, inaceitável e toma foros de escândalo esta duplicidade de critérios da Rádio oficial. Por todas

as razões conhecidas e até por aquelas que referi atrás, ninguém pode dizer que uma sessão do PCP em Bragança não seja notícia. A luta pelo pluralismo da RDP tem que continuar, manifestamente. Aliás, continua a verificar-se que qualquer «reformador» sem um mínimo de representatividade, escrevinhador de jornais que os portugueses não compram, tem mais aceitação e muito mais voz na Rádio oficial do que um grande partido nacional como o PCP.

Dizia ainda para encerrar este ponto que uma das maiores dificuldades com que no Norte lutam os comunistas e as candidaturas da APU é o da falta de um tratamento equitativo por parte da comunicação social. Que a imprensa democrática seja sensibilizada para esta situação.

Os problemas mais sentidos

— Com que impressão geral ficaste acerca das sessões, visitas e outros contactos? Quais os temas mais debatidos?

— As sessões e outros contactos que realizei demonstram o crescimento do PCP e da sua influência em toda a região do Norte do Douro. Mas a impressão mais funda que colhi nesta viagem foi a de uma notória elevação da compreensão pelo problemas políticos e pelos problemas nacionais da parte das populações com quem tive a oportunidade de me avistar. Estes dois aspectos da actual realidade no Norte indicam que a APU vai aumentar muito a sua cotação.

Em todas as sessões de esclarecimento e nos outros contactos foi muito saliente a preocupação de se saber o que está em causa nos próximos actos eleitorais; notou-se uma grande sede de informações que comprovem o PPD, o CDS e os apêndices como uma aliança que visa a restauração do poder económico e político dos grandes senhores da banca, da indústria e da terra e que atenta contra os interesses de todas as demais classes e camadas da população portuguesa; foi sempre manifestado o maior interesse pelas propostas e posições do nosso partido quer sobre o resultado necessário das eleições, sobre o programa para a democracia portuguesa, bem como sobre a nossa proposta de solução para a questão governativa. As alianças do PS com a direita como causa principal do agravamento dos



Carlos Brito: «As sessões e outros contactos que realizei testemunham o crescimento do PCP e da sua influência em toda a região do Norte do Douro»

problemas nacionais e das condições de vida dos portugueses, bem como o namorado descarado de Mário Soares ao PPD, também foram questões muito abordadas em todas as sessões.

Em relação aos problemas com que se debatem as populações do Norte e que nos foram colocados de maneira muito viva eu indicaria como mais significativos e a título de exemplo os seguintes:

- escoamento de produtos agrícolas (neste momento, é muito actual a questão do escoamento do vinho, especialmente do vinho verde que teve a maior produção nos últimos 20 anos), bem como a garantia de preços compensadores;
- a subida do custo de vida e a necessidade de medidas de contenção dos preços;
- a desastrosa experiência da legislação sobre os contratos a prazo e a necessidade da sua revogação ou profunda revisão;
- medidas eficazes de combate ao desemprego e aos despedimentos ilegais;
- efectivo cumprimento da contratação colectiva e do salário mínimo nacional;
- a garantia da liberdade e da acção sindical nas empresas, designadamente nas empresas textiles;
- a gravíssima situação habitacional, a necessidade de medidas que melhorem a situação e a revogação da lei das rendas da autoria do governo Mota Pinto;
- a dramática situação criada a milhares de famílias operárias e camponesas pelo corte dos subsídios do IASE às crianças que frequentam escolas distantes da sua residência e a necessidade da sua pronta anulação;
- na sessão e nos contactos que efectuei em Trás-os-Montes foi

levantada de forma premente a situação de abandono da região, a necessidade de um plano oficial de desenvolvimento regional, a melhoria dos transportes, das estradas, medidas de apoio à agricultura e outras mais.

As posições e propostas do PCP que visam a resolução destes problemas foram acolhidas com grande interesse e uma adesão muito forte.

O papel dos deputados comunistas

— Em que medida é que as aspirações das populações da zona poderão encontrar o eco merecido na Assembleia da República?

— Os anseios, dificuldades e problemas das populações do Norte serão levados à Assembleia da República tanto melhor quanto maior for o número de deputados comunistas que as populações do Norte elegerem no dia 2 de Dezembro de 1979.

Entretanto, muitos dos problemas que nos foram expostos estão contemplados nas linhas programáticas aprovadas na Conferência Nacional do PCP e terão maior desenvolvimento no Programa eleitoral do Partido, o que significa que o PCP e os seus deputados se empenharão sempre para que esse problemas sejam levaniados, equacionados e resolvidos.

Acresce, ao longo destes últimos três anos os deputados comunistas, na Assembleia da República há pouco dissolvida, lutaram firmemente para defender e acautelar os interesses das populações do Norte e interesses gerais dos portugueses que têm grande importância para as populações do Norte.

Recordemos alguns exemplos: a luta para impedir a aprovação da lei dos senhores ricos feita pelo PPD e apoiada pelo PS e CDS e as iniciativas posteriores para a transformar num sentido favorável aos rendeiros; a iniciativa e a luta para repor em vigor a lei dos baldios; a iniciativa da lei que protege os eleitos dos trabalhadores — delegados sindicais, dirigentes sindicais, membros das comissões de trabalhadores; a denúncia da situação habitacional no Porto, particularmente a situação dos bairros camarários e degradados; a reclamação de medidas que melhorem a situação nos portos de Leixões, Viana do Castelo e Póvoa do Varzim; a chamada de atenção e a exigência de medidas em relação aos transportes no Norte e especialmente na cidade de Braga; a denúncia das situações de injustiça, de atentados à liberdade e a defesa solidária dos trabalhadores ameaçados de despedimento ou vítimas de arbitrariedades, como os da Prah e da Jacinto; a defesa do património cultural, a propósito do caso da igreja de Joanes.

Este é o caminho que os deputados do PCP continuarão a seguir tanto melhor quanto maior for o seu número.

Uma realidade incontestável

— Na perspectiva das próximas eleições, que conclusão pudessem tirar desta visita? Qual o significado e a importância do avanço do Partido no Norte?

— O avanço do PCP no Norte, tanto em número de efectivos como na ligação às populações, é uma realidade que ninguém se atreve já a constatar e que aparecerá reflectiva e confirmada nas votações da Aliança Povo Unido (APU) das eleições para a Assembleia da República e para as autarquias locais. Quanto a estas últimas, a apresentação das listas num grande número de lugares, designadamente em numerosas Assembleias de freguesia onde o «Povo Unido» não tinha apresentado listas em 1976, é já uma prova evidente que a situação melhorou radicalmente.

Isto significa que recua o poder dos caciques reaccionários e, em geral, as posições das forças da reacção. Com o crescimento do PCP crescem e fortalecem-se no Norte as posições da democracia, robustece-se e consolida-se, em geral, o regime democrático consagrado na Constituição.

Isto significa também que as populações do Norte estão melhor preparadas para lutar nas fábricas, nos campos, por toda a parte, contra a opressão, a exploração, o obscurantismo e as injustiças,

que estão em melhores condições de eleger para o governo das suas autarquias homens honrados, dedicados e competentes em substituição de caciques corruptos, prepotentes e incapazes. Significa, ainda, que o Norte pesa cada vez mais a favor de uma opinião democrática consequente e esclarecida que não poderá deixar de ser tomada em conta nas soluções que se vão adoptar a seguir às eleições.

Crescendo como já cresceu no Norte, o PCP confirma-se como grande partido nacional indispensável para a solução dos grandes problemas do país.

Aumentando a votação da APU e elegendo mais deputados comunistas para a Assembleia, as populações do Norte vão significar que querem um governo democrático e uma política democrática e vão dar uma grande contribuição para a resolução dos problemas dos portugueses e de Portugal.

O «problema dos católicos»

— As forças da direita procuram criar um falso «problema dos católicos», principalmente no Norte do país. Que nos podes dizer sobre isto?

— Verificou-se em todas as sessões a presença de grande número de católicos e em todas foram feitas perguntas sobre a posição do PCP face à religião e à intervenção de alguns bispos e sacerdotes católicos, como tal, na área da disputa partidária. Foram sempre sublinhadas com grande aprovação e muitas vezes com aplausos as garantias do PCP em relação à liberdade religiosa, bem como a afirmação do nosso profundo respeito pelas crenças e convicções religiosas do nosso povo.

Não é em geral bem visto e são referidos muitos exemplos que o testemunham, que sacerdotes no exercício do culto fazem recomendações de voto ou intervenções em domínios que são da competência dos partidos e da área da disputa partidária. Há uma natural repulsa pela instrumentalização dos sentimentos religiosos como argumento eleitoral e partidário. Ouvimos as mais indignadas censuras à imprensa da «aliança reaccionária» e aos métodos repugnantes e insultuosos para os cristãos que está a utilizar.

Compreende-se cada vez mais que a conduta dos comunistas, a sua permanente preocupação com o próximo, a sua atitude devotada e construtiva perante os problemas do povo e do país, sua tolerância e espírito de diálogo, os aproxima, mais que quaisquer outros militantes partidários, da moral e do modo de viver cristãos.

Nos Açores do PPD O «avião do voto» de Mota Amaral e outras coisas interessantes

A incompetência, compadrio e corrupção que grassa nos órgãos de poder local onde as forças reaccionárias detêm a maioria, nomeadamente o PPD, tem vindo a ser denunciada publicamente com exemplos de tal modo gritantes que os patronos da Aliança Reaccionária já nem se atrevem a vir a terroir defender as suas hostes.

Curiosamente, muito pouco se tem dito sobre a gestão dos Governos Regionais dos Açores e Madeira, onde o PPD domina em absoluto. Talvez porque aí «a faca e o queijo» estão ainda na mesma mão...

No entanto, a «barrela da roupa suja» já começou. E pela mão «insuspeita» do CDS, que no continente canta loas à unidade indestrutível da Aliança Reaccionária... Com efeito, o Conselho Regional do CDS açoreano acusou recentemente o seu aliado continental — que nas ilhas não quer saber de alianças para nada — de não ter conseguido, em três anos, resolver «praticamente nenhum dos problemas reais do povo» do arquipélago.

Acusando o seu parceiro PPD de «indefinição política a todos os níveis, não tendo ainda sequer decidido qual a estratégia de desenvolvimento a adoptar», o CDS compara o Governo Regional dos Açores a «um bombeiro desorientado e endinheirado que acode a apagar os fogos onde as chamas parecem mais altas, derramando sobre elas torrentes de dinheiro de que dispõe com demasiada facilidade e grande irresponsabilidade».

Que o senhor Mota Amaral actua nos Açores como em coutada

própria já se sabia. Mas não deixa de ser curioso ver o CDS acusar o aparecimento em S. Miguel de cédulas de um açor, com o valor facial de 25 escudos, destinadas à «libertação dos Açores» e emitidas pela «Frente Açoriana dos Direitos do Homem», terá o aval de Mota Amaral.

Importa salientar que a afirmação de que o banco micalense «pagará ao portador» o valor de tal emissão ilegal mereceu apenas um tímido desmentido por parte do secretário Regional das Finanças. Mas nem uma só palavra de condenação pelo Governo Regional. E muito menos qualquer tentativa, tímida que fosse, de condenação dos bem conhecidos separatistas.

Que leva a pensar que o que dói ao CDS não é a ineptia da gestão da clique de Mota Amaral, mas sim o ostracismo a que é votado na distribuição dos pelouros nas ilhas.

Casos concretos de problemas por resolver nos Açores há muitos... a dificuldade só está na escolha! No capítulo da chamada «luta pela independência» dos Açores, por exemplo, é o próprio Mota Amaral que proclama que «não é crime defender a independência», não se coibindo de pôr em causa a integridade nacional no segundo congresso regional dos pedéps açorianos. Mais do que isso, Mota Amaral defendeu na ocasião a legalização dos movimentos separatistas, que na

sua óptica não devem agir «clandestinamente».

O que leva a perguntar se o aparecimento em S. Miguel de cédulas de um açor, com o valor facial de 25 escudos, destinadas à «libertação dos Açores» e emitidas pela «Frente Açoriana dos Direitos do Homem», terá o aval de Mota Amaral.

Lages das Flores exemplo de incompetência

Desde sempre o PPD tem afirmado que é a falta de autonomia que impede a resolução de problemas nos Açores. Só que já ninguém acredita.

Com efeito, a população de Lages das Flores, por exemplo, não compreende o que tem a ver a autonomia com o estado latossimo das suas estradas municipais, ou com a não aprovação das contas de gerência da Câmara desde 1974 (!!!), ou com a falta de transportes, ou ainda com as más condições de recepção das emissões de

televisão, só para citar alguns casos.

É o próprio CDS quem fala do PPD como «bombeiro desorientado e endinheirado», o que quer dizer que os problemas só não se resolvem por incompetência e desinteresse, pois dinheiro é coisa que não parece faltar.

Como nos disse o vereador eleito pela APU na Câmara de Lages das Flores, invocar a falta de autonomia para não arranjar as estradas é, convenhamos, bastante ridículo. Assim como o não desenvolvimento do turismo. Custa a acreditar, mas nas Lages das Flores existe uma única Pousada, com quatro quartos! Incumbida de providenciar o alargamento da dita em mais dois quartos, a Câmara nem isso conseguiu fazer.

E a televisão? O Governo Regional prometeu, em 1978, que instalaria uma antena nas Flores, onde as emissões se recebem em condições decentes uma a cinco vezes por mês. Foi inclusivamente aberta uma estrada para o local onde devia ficar a antena. Há mais de um ano que a estrada está feita, antena é que não existe...

A questão dos transportes é ainda mais gritante. No Outono e Inverno, a SATA faz apenas duas viagens às Flores, por semana. No entanto, as condições atmosféricas obrigam muitas vezes a cancelar uma dessas viagens, só voltando a haver carreira no dia normalmente estabelecido, independentemente do intervalo ter havido condições

para se efectuar a viagem. As dificuldades dos habitantes das Flores só não têm sido maiores graças à acção dos aviões militares, que prestam auxílio nomeadamente na evacuação de doentes.

A população contudo interrogar-se por que razão não providencia o Governo Regional para evitar que a ilha por vezes fique sem transporte durante uma semana inteira. Não é certamente por falta de verbas, pois assim que se conheceu a data das eleições intercalares, o Governo Regional fretou um avião para transportar fruta e outros géneros alimentícios para as Flores, não obstante ter havido avião na véspera e se encontrarem dois barcos na ilha...

O aluguer do avião, ao que consta, custou cem contos! Nova versão do «carro dos votos» de Jardim na Madeira...

O período eleitoral é muito importante para o PPD, que quer mostrar num mês o que não fez em três anos. Daí talvez a «explosão» de obras que se regista nos Açores, independentemente de algumas delas não terem viabilidade por não ser a melhor altura para as iniciar.

Mas isso que importa à reacção? As promessas do PPD vão tentar fazer esquecer a inoperância e incompetência da sua gestão. Abatar os escândalos. Demitir os adeptos menos seguidistas. Perseguir os democratas e cortar-lhes a liberdade.

Em nome do «pluralismo» de Mota Amaral, Sá Carneiro, SARL,



«Com que direito é que andam a dizer que quem votar nos comunistas não pode ser cristão?» A esja e a outras perguntas da assistência respondeu Álvaro Cunhal em Vila Franca de Xira

O tema da religião dominou a sessão em V. F. de Xira com Álvaro Cunhal

A religião e as relações entre católicos e comunistas foram tema dominante da sessão de esclarecimento que, na quinta-feira passada, se realizou em Vila Franca de Xira, nas instalações da Casa do Povo (aliás, diminutas para conter a assistência que se derramou pela rua) com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Uma das perguntas, talvez a primeira que surgiu sobre o assunto religioso, foi feita por uma mulher de meia-idade, que queria a opinião do «sr. Álvaro Cunhal» para saber «com que direito é que andam a dizer que quem votar nos comunistas não pode ser cristão?»

Salientando que os comunistas «respeitam a liberdade e entendem que devem ser asseguradas as condições para que cada um possa professar o culto que a sua crença exalte», o secretário-geral do PCP vinha a revelar pouco depois, na resposta a uma outra pergunta relacionada com a religião, que «há sacerdotes membros do nosso Partido».

Mais adiante e no seguimento de outra questão levantada, recordou as calúnias do regime fascista lançadas contra os democratas e os comunistas em particular. Salientando que os factos desmentiram a campanha, perguntou:

«Onde é que se verificaram ofensas à liberdade religiosa depois do 25 de Abril? Caíram por terra tais calúnias.»

Mostrai por obras não por palavras

Esta citação dos Evangelhos (Mostrai por obras e não por palavras) viria a ser feita quase no final da sessão de esclarecimento que decorreu em Vila Franca de Xira por um dos presentes que, publicamente, afirmou a sua crença cristã, para acrescentar:

«Os comunistas na sua defesa pelos pobres e pelos explorados já provaram que eram tão bons cristãos como os primeiros.»

As declarações públicas de alguns membros da hierarquia católica recentemente vindas a lume foram igualmente abordadas nas perguntas feitas. Sobre isto o secretário-geral do PCP referiu que esses elementos do clero são cidadãos portugueses como

quaisquer outros e, como tal, têm direito a expressar as suas opiniões políticas.

Mas, sublinhou, uma coisa é a tribuna de um comício, e aí podemos ver, sem que se levantem quaisquer objecções, um bispo, outra é o púlpito de uma igreja, local que nada justifica ser utilizado para propaganda política e partidária.

A abordagem do assunto na sessão de esclarecimento revelou-se positiva. Hoje, muitos católicos alertados para um problema que antes nunca sentiram, aprestam-se a discutir com os comunistas se na verdade existe logo que os separe na luta para a transformação da sociedade numa sociedade mais justa.

A sua presença em Vila Franca foi significativa, e por certo noutros locais irá suceder o mesmo, agora que a campanha eleitoral está à porta e as sessões de esclarecimento se irão multiplicar por todo o país. E também os comunistas poderão dizer aos católicos que aparecerem que o seu respeito pela liberdade de crença e pela prática de culto só pode significar mais elo na unidade pela defesa da liberdade, da democracia, por uma vida melhor e mais digna de todos os trabalhadores e do povo em geral.

Na Madeira o PPD não tem cabeça...

O PPD perdeu a cabeça na Madeira? É caso para afirmá-lo, de facto, quando se sabe que foi já deferida a impugnação feita pela Aliança Povo Unido ao cabeça de lista do PPD na Madeira.

Em 15 deste mês a APU dirigiu ao Juiz do Circuito Judicial do Funchal, nos termos da Lei, um documento no qual se reclama da decisão de declarar e.gível o primeiro candidato efectivo da lista apresentada pelo PSD.

Esse candidato, que o partido de Jardim não teve pudor de apresentar ao eleitorado madeirense, é nem mais nem menos que o mesmo José Maria da Silva que, foi nomeado, em 1965, para o cargo de Delegado Substituto dos serviços de censura, um homem do fascismo, que, num acto eleitoral que a Constituição de Abril regula, poderia vir para a Assembleia da República atacar a Constituição e atacar Abril.

Antes mesmo de ter sido

deferida a impugnação, já o PPD perdia a cabeça, através dos altos gritos do sr. Jardim, que não quer crer que o País se estende do continente às ilhas e ameaça com a aplicação das normas «democráticas» dos Estados Unidos e da RFA — isto é, a ilegalização do PCP, através de «iniciativa legislativa».

Mas o que não podem, nem o sr. Jardim, nem o sr. José Maria da Silva, é censurar a Lei. E a Lei arrancou a cabeça à lista da reacção madeirense.

